U.PORTO

MESTRADO
CONTABILIDADE E CONTROLO DE GESTÃO

Estudo exploratório sobre o impacto da adoção da IFRS 18 na análise financeira: O Resultado Operacional

Tomás Nunes da Ponte Castelo Branco

M

2025

U.PORTO
FEP FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DO PORTO

Estudo exploratório sobre o impacto da adoção da IFRS 18 na análise financeira: O Resultado Operacional

Tomás Nunes da Ponte Castelo Branco

Dissertação

Mestrado em Contabilidade e Controlo de Gestão

Orientado por
Doutor Rui Manuel Pinto Couto Viana

2025

Agradecimentos

A realização da presente dissertação não teria sido possível sem o apoio e contribuição de várias pessoas, às quais gostaria de expressar o meu sincero agradecimento.

Em primeiro lugar, agradeço ao meu orientador, o Professor Rui Couto Viana, pela sua constante disponibilidade, acompanhamento atento e pelas valiosas contribuições que tornaram possível a concretização desta dissertação.

Aos meus pais e ao meu irmão, deixo um agradecimento muito especial pelo apoio incondicional ao longo destes dois anos de mestrado, em particular neste último ano. Nunca faltaram palavras de incentivo e encorajamento para seguir em frente.

Aos meus amigos, pela presença, amizade e apoio ao longo deste percurso.

Um agradecimento muito especial à minha colega de trabalho, Sónia, por todo o apoio, pela sua generosidade e pelas suas sugestões construtivas que muito ajudaram neste processo.

Por último, agradeço a todos os entrevistados pela sua disponibilidade e tempo dedicado, sem os quais esta dissertação não teria sido possível.

A todos, deixo os meus mais sinceros agradecimentos.

Resumo

A dissertação desenvolve uma investigação exploratória sobre os impactos da adoção da IFRS 18 na análise financeira, com ênfase no resultado operacional. A IFRS 18, que irá substituir a IAS 1 em 2027, impõe uma nova estrutura obrigatória para demonstração de resultados, exigindo a desagregação dos rendimentos e gastos em cinco categorias (operacional, investimento, financiamento, impostos e operações descontinuadas), bem como a apresentação de dois subtotais padronizados: o resultado operacional e o lucro antes de gastos de financiamento e impostos. Estas alterações visam aumentar a transparência e a comparabilidade oferecendo aos analistas e investidores uma interpretação mais clara dos resultados das empresas.

Para concretizar este objetivo, esta dissertação recorreu a uma metodologia qualitativa de análise de conteúdo e exploratória, composta por três simulações da demonstração de resultados e pela realização de entrevistas a profissionais da área financeira. As simulações possibilitaram uma análise das divergências estruturais entre a IAS 1 e a IFRS 18, ao passo que as entrevistas auxiliaram na recolha das perceções acerca dos desafios e vantagens previstas com a nova norma.

Os resultados demonstram que a IFRS 18 pode trazer uma melhoria considerável na qualidade das informações, devido à sua estrutura mais clara, direta e padronizada. A obrigatoriedade de apresentação do resultado operacional poderá ser um novo ponto de partida para a análise financeira, o que permitirá uma avaliação mais precisa da eficiência das atividades principais nas empresas. Embora haja um amplo reconhecimento das vantagens da norma, alguns analistas financeiros demonstraram certa resistência ao deixaram de lado métricas extras contabilísticas, como o EBITDA, mesmo reconhecendo que o novo resultado operacional poderá passar a ser utilizado nas suas análises. A maioria dos entrevistados destacou a maior padronização e a transparência proporcionadas pela IFRS 18, mas sublinharam a necessidade de adaptação por parte das empresas, ao nível dos sistemas internos e da formação técnica dos profissionais.

Palavras Chaves: IFRS 18, Análise Financeira, IAS 1, metodologia qualitativa e exploratória, Rendimentos, Gastos, Categorias, Desagregação, Uniformização, Resultado Operacional, Informações financeiras

Abstract

The dissertation conducts an exploratory investigation into the impacts of adopting IFRS 18 on financial analysis, with an emphasis on operating results. IFRS 18, which will replace IAS 1 in 2027, introduces a new mandatory structure for the income statement, requiring the disaggregation of income and expenses into five categories (operating, investing, financing, tax and discontinued operations), as well as the presentation of two standardized subtotals: operating results and profit before financing and income tax expenses. These changes aim to increase transparency and comparability, offering analysts and investors a clearer interpretation of companies' performance.

To achieve this objective, the dissertation employs a qualitative and exploratory content analysis methodology, consisting of three simulations of the income statement and interviews with financial professionals. The simulations enabled an analysis of the structural differences between IAS 1 and IFRS 18, while the interviews helped gather insights into the perceived challenges and advantages associated with the new standard.

The results show that IFRS 18 may significantly improve the quality of financial information due to its clearer, more direct, and standardized structure. The requirement to present operating results may serve as a new starting point for financial analysis, allowing for a more accurate assessment of the efficiency of companies' core activities. Although there is broad recognition of the standard´s, some financial analysts expressed resistance to moving away from non- GAAP metrics such as EBITDA, even while acknowledging that the new operating results may begin to feature in their analyses. Most interviewees highlighted the greater standardization and transparency provided by IFRS 18 but also emphasized the need for companies to adapt in terms of internal systems and technical training of professionals.

Keywords: IFRS 18, Financial Analysis, IAS 1, Qualitative and exploratory methodology, Income, Expenses, Categories, Disaggregation, Standardization, Operating results, Financial Information

Lista de siglas e acrónimos

Demonstração de resultados – DR

Medidas de desempenho definidas pela Gestão – MPMs

International Accounting Standards Board – IASB

International Financial Reporting Standards - IFRS

Estrutura Conceptual – EC

Demonstrações Financeiras - DF

Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA

Índice

Agradecimentos i
Resumo ii
Abstract iii
Lista de siglas e acrónimos iv
Índice de tabelas vii
Capítulo 1 - Introdução 1
Capítulo 2 - Enquadramento Normativo 4
2.1 - IAS 1 4
2.2 - IFRS 18 5
2.3 - Principais diferenças entre IAS 1 e a IFRS 18 9
Capítulo 3 - Revisão da Literatura 12
3.1 - Impacto da norma IFRS 18 12
3.1.1 - O Impacto da IFRS 18 no Resultado Operacional 12
Capítulo 4 - Questão de Investigação 18
Capítulo 5 - Metodologia 19
5.1 - Metodologia de Investigação 19
5.2 - Simulação de uma demonstração de resultados 19
5.2.1 - Construção e simulação da demonstração de resultados 21
5.2.1.1 - IAS 1 21
5.2.1.2 - IFRS 18 22
5.2.1.3 - IAS 1 com rubricas e critério de mensuração da IAS 1 24
5.2.1.4 - IFRS 18 com rubricas e critério de mensuração da IAS 1 25
5.2.1.5 - IAS 1 com rubricas e critérios de mensuração da IFRS 18 26
5.2.1.6 - IFRS 18 com rubricas e critérios de mensuração da IFRS 18 28
Capítulo 6 - Análise dos resultados 30
6.1 - Demonstração de Resultados: Análise comparativa entre as estruturas da IAS 1 e da IFRS 18 30
6.2 - O novo Resultado Operacional e a prática dos analistas financeiros: Impacto da IFRS 18 32
Capítulo 7 - Conclusão 56

7.1 - Limitações e pistas de investigação futuras 57
Referências Bibliográficas 58
Lista de Anexo 62

Índice de tabelas

Tabela 1 - Resumo das principais diferenças entre a IAS 1 e a IFRS 18 10
Tabela 2 - Demonstração de resultados no formato da IAS 1 21
Tabela 3 - Demonstração de resultados no formato da IFRS 18 22
Tabela 4 - Demonstração de resultados no formato da IAS 1 segundo os critérios de mensuração da IAS 1 24
Tabela 5 - Demonstração de resultados no formato da IFRS 18 segundo os critérios de mensuração da IAS 1 25
Tabela 6 - Demonstração de resultados no formato da IAS 1 segundo os critérios de mensuração da IFRS 18 26
Tabela 7 - Demonstração de resultados com o formato da IFRS 18 segundo os critérios de mensuração da IFRS 18 28
Tabela 8 -Análise de resultados da questão 1 34
Tabela 9 - Análise de resultados da questão 2 36
Tabela 10 - Análise de resultados da questão 3 38
Tabela 11 - Análise de resultados da questão 4 40
Tabela 12 - Análise de resultados da questão 5 42
Tabela 13 - Análise de resultados da questão 6 44
Tabela 14 - Análise de resultados da questão 7 46
Tabela 15 - Análise de resultados da questão 8 48
Tabela 16 - Análise de resultados da questão 9 50
Tabela 17 - Análise de resultados da questão 10 52
Tabela 18 - Análise de resultados da questão 11 54

Capítulo 1 - Introdução

O objetivo desta dissertação é realizar um estudo exploratório sobre os impactos da introdução da IFRS 18 na análise financeira, nomeadamente um estudo sobre o resultado operacional. A IAS 1 define as diretrizes gerais de apresentação e divulgação das demonstrações financeiras. No entanto com a sua substituição pela IFRS 18 em 2027, uma nova abordagem será adotada, a demonstração de resultados (DR) terá de ser desagregada por categorias e dois novos subtotais terão de ser apresentados como resultado operacional e o resultado antes de impostos e financiamento na demonstração de resultados.

Esta norma vai alterar a forma como as empresas passam a registar os rendimentos e os gastos, uma vez que todos os rendimentos e gastos relacionados com as atividades principais do negócio terão de ser registadas na categoria operacional. Estas alterações têm como objetivo melhorar a transparência, comparação e a facilidade de compreensão das informações financeiras para os diversos tipos de *stakeholders*.

Esta mudança normativa foi motivada pelo objetivo de melhorar a comunicação das informações financeiras, tornando-as mais compreensíveis e úteis para investidores e outros utilizadores das informações financeiras. A nova norma padroniza a apresentação das demonstrações financeiras, reduzindo a subjetividade na definição de medidas extras contabilísticas, como o *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* (EBITDA). O EBITDA é um indicador financeiro muito utilizado para avaliar o desempenho de uma empresa. Mede a capacidade de geração de caixa a partir das atividades principais do negócio, excluindo o impacto de encargos financeiros e as obrigações fiscais associados aos resultados das operações. A IFRS 18, reorganiza a demonstração de resultados exigindo a segregação mais clara entre resultados operacionais, financeiros e de investimentos, o que poderá facilitar a análise financeira da empresa. A realidade é que os analistas financeiros criaram outras métricas não contabilísticas que visavam compensar a informação ou a falta dela na demonstração de resultados apresentada de acordo com a IAS 1.

Neste estudo, será examinado o impacto da IFRS 18 na análise financeira decorrente da obrigatoriedade de apresentar o subtotal resultado operacional, visto que é um indicador chave para avaliar a eficiência operacional das empresas. A introdução deste subtotal permite um novo ponto de partida para a análise do desempenho operacional das empresas e será mais fácil para

os analistas analisar a capacidade das empresas de gerarem lucro através das suas atividades principais e também poderão identificar de uma forma mais realista quais poderão ser os riscos operacionais e financeiros.

Para esta dissertação, foi utilizada uma metodologia qualitativa onde foram realizadas entrevistas com uma população não aleatória, tendo sido realizado uma análise de conteúdo das entrevistas. Também se fez uma simulação da demonstração de resultados para facilitar a realização das entrevistas e os entrevistados terem um exemplo prático das alterações que irão ocorrer na demonstração de resultados. A simulação, permite ao autor conhecer e perceber, de forma aprofundada, quais são as alterações introduzidas pela IFRS 18, compreendendo não só as mudanças nos requisitos de apresentação e divulgação da demonstração de resultados, mas também as suas implicações na forma como a informação financeira é interpretada e utilizada pelos diversos *stakeholders*.

Para complementar este estudo, foram efetuadas três simulações com a finalidade de entender os impactos dos critérios de mensuração aplicáveis na IAS 1 e na IFRS 18. Na primeira simulação consistiu numa comparação dos critérios de mensuração adotados pelas duas normas, possibilitando identificar as principais diferenças no reconhecimento e mensuração das rubricas da demonstração de resultados. Na segunda simulação foram utilizados apenas as rubricas e os critérios de mensuração estabelecidos pela IAS 1. Na terceira simulação foram utilizadas as rubricas e os critérios de mensuração definidos pela IFRS 18, permitindo uma análise prática das alterações introduzidas pela nova norma, tanto na estrutura de apresentação, quanto no reconhecimento dos rendimentos e gastos.

Na análise dos resultados, tornou-se evidente que a implementação da IFRS 18 representará uma transformação significativa na forma como as empresas divulgam e apresentam as suas informações financeiras, influenciando particularmente a estrutura da demonstração de resultados. A comparação entre a IAS 1 e a IFRS 18 mostrou que, enquanto a IAS 1 oferecia uma maior liberdade e subjetividade na apresentação das rubricas e subtotais, a nova norma impõe uma estrutura mais rígida, com categorias claramente definidas e a obrigatoriedade de apresentação de subtotais nomeadamente o resultado operacional. Essa uniformização foi amplamente valorizada como um avanço na promoção da comparabilidade e da transparência das informações financeiras, diminuindo a margem para interpretações e tornando a análise e a leitura dos resultados mais fácil para os analistas.

Os resultados obtidos através das entrevistas aos analistas financeiros indicaram que, apesar do reconhecimento das vantagens da IFRS 18, especialmente ao nível da clareza, fiabilidade e da utilidade das informações, poderão haver alguma resistência à substituição instantânea das métricas não contabilísticas como o EBITDA e o EBIT. Muitos dos analistas acreditam que essas métricas vão continuar a ser importantes, embora concordem que no novo resultado operacional, mais padronizados, poderá vir a assumir um papel central na análise financeira. A maior parte dos entrevistados reconheceu que a IFRS 18 apresenta uma base mais consistente para análise do desempenho operacional, mas afirma que a nova norma necessita de um período de adaptação, formação profissional e uma alteração nos sistemas internos das empresas.

A IFRS 18 é interpretada como uma oportunidade para melhorar a qualidade da análise financeira, mas o seu impacto poderá depender de como será implementada e adotada na prática profissional dos analistas e das empresas.

Esta dissertação está estruturada da seguinte forma: para além desta introdução, na segunda secção temos o enquadramento normativo, onde são apresentadas as normas IAS 1, IFRS 18 e ainda é feita uma comparação entre as normas. Na terceira secção é apresentada a revisão da literatura sobre o resultado operacional. Na quarta secção é abordada a questão de investigação e na quinta secção é apresentada a metodologia adotada para realizar o estudo exploratório. Em seguida será realizado o estudo desta dissertação que permitirá construir e simular a demonstração de resultados nas normas IAS 1 e na IFRS 18 e o conjunto de questões que serão feitas aos analistas para analisar a perceção sobre os impactos da IFRS 18 na análise financeira com foco no resultado operacional, encontram-se em anexo. De seguida serão apresentados a discussão dos resultados e por fim são apresentadas as conclusões, limitações e possíveis pistas de investigação futura.

Capítulo 2 - Enquadramento Normativo

Neste capítulo serão analisadas as especificidades da atual norma em vigor, a IAS 1 e da nova norma para a apresentação e divulgação das demonstrações financeiras (DF), a IFRS 18.

2.1 - IAS 1

Em março de 1974, foi elaborado o primeiro rascunho da IAS 1 pela *International Accounting Standards Board* (IASB)**,** desempenhando um papel importante na uniformização das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS. A IAS 1 encontra-se em vigor desde 1 de janeiro de 1975, e sofreu algumas alterações e revisões ao longo dos anos. Estará em vigor até 31 de dezembro de 2026, altura que será substituída pela IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras.

Esta norma estabelece as regras para garantir a consistência, transparência e a comparação das demonstrações financeiras entre diferentes períodos e empresas, permitindo aos utilizadores dessas informações uma análise mais abrangente da posição financeira e do desempenho económico-financeiro. Segundo Ikram & Tahseen (2022), a norma estabelece a forma como devem ser estruturadas e qual é o conteúdo mínimo das demonstrações para haver uma maior normalização da informação financeira.

Segundo a IAS 1, para ser possível concretizar este objetivo as demonstrações financeiras de uma empresa devem disponibilizar informação relativa acerca dos ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos, incluindo os ganhos e as perdas, o montante das contribuições e das distribuições aos sócios e a demonstração de fluxos de caixa. Estes itens juntamente com a informação que é disponibilizada nas notas dos relatórios e contas das empresas são fundamentais para os utilizadores das informações financeiras conseguirem antecipar os fluxos de caixa futuros, nomeadamente quanto à sua certeza e a sua tempestividade.

A apresentação das demonstrações financeiras deve refletir de maneira adequada a situação financeira e o desempenho económico de uma empresa. Para que esta apresentação seja considerada fidedigna, é essencial que se represente corretamente os efeitos das transações, eventos e outros acontecimentos de acordo com os conceitos e os critérios de reconhecimento para os passivos, ativos, gastos e os rendimentos definidos na Estrutura Concetual para o relato financeiro (EC, §33).

A IAS 1 define a necessidade de uma estrutura mínima para as linhas das DF, permitindo garantir assim uma apresentação clara e padronizada. A IAS 1 dá às empresas uma certa flexibilidade permitindo-lhes uma escolha entre a apresentação da demonstração de resultados por naturezas ou função, possibilitando uma adaptação mais precisa das demonstrações financeiras conforme as necessidades específicas do setor em que a empresa opera (Romic, 2013). Na apresentação por natureza os gastos são agrupados conforme a sua natureza enquanto que por função os gastos são agrupados conforme a função que desempenham.

A estrutura da demonstração de resultados começa com a apresentação dos rendimentos, que engloba todos os rendimentos obtidos durante o período, seguida do custo das vendas, que representa os gastos diretamente relacionados à produção ou aquisição de bens e serviços vendidos. A diferença entre os rendimentos e o custo das vendas é o lucro bruto. Em seguida, incluem-se os outros rendimentos operacionais e os gastos operacionais, o que permite chegar ao resultado operacional, que representa o lucro antes de gastos de financiamento e impostos.

Além disso, a DR deve incluir os rendimentos e os gastos financeiros, o que permite calcular o resultado antes de imposto, seguido pela dedução do imposto sobre o rendimento, originando o resultado líquido do período.

A importância da IAS 1 vai muito para além da mera padronização dos relatórios financeiros. A harmonização na apresentação das demonstrações financeiras a nível internacional, possibilita uma maior simplificação na comparação entre empresas de diferentes países.

2.2 - IFRS 18

A norma IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras foi desenvolvida pela *International Accounting Standards Board* (IASB) e entrará em vigor no dia 1 de janeiro de 2027 com o intuito de substituir a IAS 1. Esta nova norma irá trazer mudanças significativas no resultado operacional.

A IFRS 18 surge com o propósito de atender à crescente necessidade de uma comunicação mais uniformizada e acessível, diminuindo a ambiguidade e promovendo a maior compreensão das operações financeiras e do desempenho das empresas no mercado internacional, possibilitando assim aos investidores informações mais transparentes e comparáveis, permitindo-lhe tomar melhores decisões de investimento (IFRS – *International Financial Reporting Standards*). Conforme destacado por (Meirelles Salotti, 2024, página 430), "as mudanças foram

pensadas e discutidas pela IASB para melhorar a comparação entre empresas e aumentar a transparência das informações, ou seja, o grande objetivo é proporcionar aos utilizadores a tomada de melhores decisões".

Com a entrada em vigor desta norma, a demonstração de resultados será dividida em cinco categorias: operacional, investimentos, financiamento, impostos e operações descontinuadas.

Para que o resultado operacional represente da forma mais completa as atividades da empresa, esta norma exige que as empresas avaliem se as suas atividades principais comerciais abrangem o investimento em ativos ou de financiamento a clientes. As empresas com estas atividades principais passarão a ser obrigadas a classificar rendimentos e gastos adicionais na categoria operacional, esses rendimentos e gastos provenientes dessas atividades, que anteriormente eram classificados nas categorias de investimento ou financiamento.

Por exemplo, as instituições financeiras que têm como atividade principal os financiamentos a clientes terão de começar a considerar como atividades operacionais os juros recebidos dos empréstimos concedidos e as perdas por imparidade (provisões) associadas ao risco de crédito. Da mesma forma, as empresas do setor imobiliário cuja atividade principal é o investimento e a exploração de imóveis terão de passar a incluir no resultado operacional os rendimentos obtidos das rendas e os rendimentos ou gastos associados à variação do justo valor do imóvel. Com a introdução destas novas regras o resultado operacional definido pela IFRS 18 será diferente do obtido pela IAS 1.

Segundo a IFRS 18 se uma organização qualificou as suas atividades principais do negócio, como investimento em ativos e financiamento a clientes, essa avaliação tem de ser baseada e apoiada em evidências e a empresa precisa de incluir na sua demonstração de resultados um subtotal específico como indicador chave do desempenho operacional.

Relativamente à análise que é feita para especificar as atividades principais comerciais, é realizada na base da própria empresa individual. Assim, nas demonstrações financeiras consolidadas de um grupo, essa avaliação é feita da perspetiva do grupo como um todo. Por esse motivo, a avaliação que é feita pela empresa individual pode ser diferente da apreciação que foi feita para o grupo, ou seja, o grupo e a subsidiária podem ter diferentes atividades comerciais principais.

Esta norma vai exigir às empresas que passem a classificar os rendimentos e gastos nas seguintes categorias: operacional, investimento, financiamento, imposto sobre o rendimento e operações descontinuadas.

Categoria Operacional: Esta categoria deve incluir todos os rendimentos e gastos que estejam ligados à atividade principal de uma empresa, como, por exemplo, as vendas de mercadorias ou as prestações de serviços, custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, os gastos com o pessoal, as depreciações e amortizações relacionadas com os ativos operacionais e os outros rendimentos e gastos que não sejam classificados nas outras categorias.

Categoria de investimento: Devem ser incluídas nesta categoria os rendimentos e gastos relativos a investimentos que não fazem parte do negócio principal da empresa. Nesta categoria podem ser contabilizados os rendimentos ou gastos provenientes da venda de propriedades, investimentos em outras empresas, como, por exemplo, os dividendos recebidos de participações financeiras ou juros de aplicações. Os investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial devem ser sempre classificados nesta categoria.

Categoria de Financiamento: Esta categoria inclui rendimentos e gastos relacionados ao financiamento externo da empresa, como juros de empréstimos, os gastos com emissão de dívida ou as variações cambiais associadas ao endividamento e outros gastos financeiros ligados às operações de financiamento.

Categoria Imposto sobre o rendimento: Os gastos relativos aos impostos devem ser apresentados de forma separada na categoria correspondente, para fornecer aos utilizadores uma compreensão mais clara do efeito do imposto nos resultados da empresa.

Categoria operações descontinuadas: Os rendimentos e gastos que sejam provenientes das decisões da empresa em encerrar ou vender algumas operações devem ser registados nesta categoria.

A IFRS 18 passa a exigir que as empresas apresentem dois novos subtotais sendo eles: um subtotal de resultado operacional e o um subtotal de lucro ou prejuízo antes de gastos de financiamento e impostos. A obrigatoriedade de apresentar o subtotal de resultado operacional vai permitir uma maior uniformização da informação financeira e um novo ponto de partida para os diversos utilizadores das informações financeiras na análise financeira.

A IFRS 18 poderá ter uma relação direta com o EBITDA reportado e não reportado, pois estabelece subtotais padronizados na demonstração de resultados, o que irá impactar

diretamente a forma como o EBITDA é calculado e apresentado pelas empresas. Contudo, a norma não impõe a obrigatoriedade de apresentar a fórmula de cálculo do EBITDA, a não ser que este seja divulgado como uma medida de desempenho definida pela gestão, neste caso é exigida a sua reconciliação com medidas IFRS e é necessário apresentar as explicações nas notas das demonstrações financeiras.

Com a exigência de um subtotal de resultado operacional e um subtotal de lucro ou prejuízo antes gastos de financiamento e impostos, a norma poderá criar uma referência comum para o cálculo do EBITDA. Isso reduz a variabilidade existente no mercado, onde as empresas utilizavam diferentes critérios para definir o EBITDA reportado, muitas vezes ajustando rubricas conforme o seu interesse na análise.

Antes da IFRS 18, muitas empresas calculavam e divulgavam o EBITDA de maneira não padronizada, o que levava os investidores e analistas a criar os seus próprios ajustes para comparar empresas de diferentes setores e geografias (Strelnik et al., 2024). Com a nova norma, espera-se que o EBITDA derivado do subtotal obrigatório da IFRS 18 seja mais uniforme e transparente, o que irá facilitar a análise comparativa entre empresas e setores.

Dessa forma, a IFRS 18 poderá reduzir a subjetividade na definição do EBITDA e melhorar a qualidade das informações financeiras, garantindo que os analistas tenham um ponto de partida mais confiável para as suas análises.

A IFRS 18 exige que as empresas passem a identificar as medidas de desempenho definidas pela gestão (MPMs), são métricas financeiras escolhidas pela administração para fornecer informações adicionais sobre o resultado financeiro da organização. Estas medidas complementam as demonstrações e oferecem uma visão mais clara de como a administração avalia o resultado financeiro da empresa e permite uma análise financeira mais eficaz por parte dos analistas financeiros. As MPMs são definidas internamente pela gestão, e devem refletir critérios estratégicos ou operacionais específicos, devendo ser apresentados com transparência.

A IFRS 18 define MPMs como subtotais de rendimentos e gastos utilizados em comunicações públicas fora das demonstrações financeiras. Estas medidas servem para transmitir aos investidores a forma como a administração interpreta o resultado financeiro da empresa.

A norma exige que as empresas divulguem nas notas anexas às demonstrações financeiras as MPMs. As MPMs sempre que apresentadas em relatórios financeiros devem ser acompanhadas de justificações sobre a sua relevância e descrições detalhadas para assegurar que os utilizadores

compreendam o seu contexto e utilidade para descrever o desempenho da empresa durante o período. Também é necessário explicar como as MPMs são calculadas, quais são os seus itens e como se relacionam com indicadores financeiros das demonstrações financeiras. Além disso, deve ser apresentada uma reconciliação entre as MPMs e um subtotal que seja diretamente comparável e exigido pela IFRS 18, ou a outras métricas financeiras previstas nas normas contabilísticas IFRS, como o resultado líquido ou o novo resultado operacional.

A norma IFRS 18 estabelece os princípios para a agregação e desagregação das informações financeiras, com o objetivo, de garantir que as demonstrações financeiras são apresentadas de forma clara. A norma considera que a agregação e a desagregação devem ser realizadas de forma a que as informações com características semelhantes sejam agrupadas, enquanto, que os elementos com naturezas distintas terão de ser apresentados de forma separada.

A desagregação passa a ser exigida quando o agrupamento de informações pode ocultar itens materiais. Nesse sentido, a norma exige que categorias genéricas como "outros" sejam evitadas ou sejam especificadas com informação suficiente sobre a sua composição, para garantir que a composição dessas rubricas é clara e compreensível. Além disso, a norma realça a importância da consistência na agregação e desagregação ao longo do tempo, a fim de permitir uma comparação entre períodos e aumentar a qualidade da análise financeira.

As demonstrações financeiras, como balanço, e a demonstração de resultados devem agrupar as informações em categorias relevantes. Já os anexos desempenham um papel importante na desagregação, detalhando as categorias gerais apresentadas nas demonstrações financeiras. Desta forma, a abordagem de agregação e desagregação estabelecida pela IFRS 18 reflete e permite uma melhoria da qualidade das informações financeiras.

2.3 - Principais diferenças entre IAS 1 e a IFRS 18

A IFRS 18 introduz mudanças significativas em relação à IAS 1, alterando a apresentação e divulgação da demonstração de resultados. A IAS 1 centra-se na padronização mínima para garantir a clareza e consistência, enquanto que a IFRS 18 vai mais longe ao detalhar a estrutura e a classificação das informações financeiras.

A IAS 1 permite uma abordagem mais flexível, como a escolha entre a classificação por natureza ou por função, o que permite uma maior adaptação às necessidades específicas de cada empresa não especificando subdivisões detalhadas, enquanto que, a IFRS 18 estabelece cinco

categorias para se classificar os rendimentos e os gastos: operacional, investimentos, financiamento, impostos e operações descontinuadas. Esta nova classificação tem como objetivo melhorar a compreensão da origem dos resultados financeiros e garantir a maior comparabilidade entre empresas.

Além disso, a IFRS 18 impõe a inclusão de dois subtotais obrigatórios: resultado operacional e o lucro ou prejuízo antes de gastos de financiamento e impostos. Estes subtotais proporcionam sinais mais claros sobre o desempenho das empresas, que anteriormente eram mais flexíveis na IAS 1.

Uma outra novidade da IFRS 18 é a obrigatoriedade de divulgação das medidas de desempenho definidas pela gestão, que são métricas selecionadas internamente para refletir a visão da administração sobre o desempenho da empresa e auxiliar os utilizadores das informações financeiras na análise financeira.

Outro aspeto que diferencia a IFRS 18 da IAS 1 é a agregação e desagregação das informações financeiras nas demonstrações financeiras. Enquanto que a IAS 1 permite uma apresentação mais genérica, para além da utilização de termos como "outros", a IFRS 18 exige maior detalhe, de forma a evitar a ocultação de informações relevantes. Esta desagregação procura proporcionar maior clareza e facilitar a compreensão das informações financeiras pelos diversos utilizadores. Assim, as rubricas de natureza material precisam ser apresentadas separadamente, enquanto que as rubricas de menor importância podem ser agregadas, desde que não prejudiquem a análise financeira.

A IFRS 18 especifica que os rendimentos e os gastos relacionados a investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial devem ser classificados na categoria de investimentos, diferentemente da IAS 1, que não fazia tal exigência.

Tabela 1 - Resumo das principais diferenças entre a IAS 1 e a IFRS 18

Caraterísticas	**IAS 1**	**IFRS 18**
Foco principal	Padronização mínima	Estrutura mais detalhada e classificações específicas

Classificação dos rendimentos e gastos	Permite a escolha entre a classificação por natureza ou por função, sem subdivisões detalhadas	Estabelece cinco categorias: operacional, investimentos, financiamento, impostos e operações descontinuadas
Subtotais obrigatórios	Não há subtotais obrigatórios	Exige a apresentação de Resultado Operacional e o Lucro/prejuízo antes de gastos de financiamento e impostos
Medidas de desempenho definidas pela gestão (MPMs)	Não há exigência específica	Requer a divulgação obrigatória das MPMs, auxiliando na análise financeira
Agregação e desagregação das informações	Apresentação mais genérica, permitindo o uso de termos como "outros"	Exige maior detalhe para evitar a ocultação de informações relevantes
Classificação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial	Sem exigência específica	Classificação obrigatória na categoria de investimentos
Objetivo principal da mudança	Flexibilidade na apresentação das demonstrações financeiras	Melhor compreensão da origem dos resultados e uma maior comparação entre empresas.

Fonte: Elaboração própria, tendo por base o Enquadramento Normativo.

Capítulo 3 - Revisão da Literatura

Após uma análise normativa, neste capítulo será feita uma revisão da literatura, porque é de extrema importância analisar quais serão os impactos provocados pela implementação da IFRS 18. Sendo o objetivo deste trabalho perceber como a demonstração de resultados irá ser afetada e como essas alterações irão influenciar as principais métricas económicas da demonstração de resultados na análise financeira. De seguida, como a IFRS 18 só se tornará obrigatória em 2027, irei analisar quais são os impactos desta norma, mais concretamente o impacto no resultado operacional.

3.1 - Impacto da norma IFRS 18

3.1.1 - O Impacto da IFRS 18 no Resultado Operacional

A norma IFRS 18 vem alterar a forma como as empresas passam a registar os rendimentos e os gastos, uma vez que todos os rendimentos e gastos relacionados com as atividades principais e recorrentes do negócio serão contabilizadas, na categoria operacional. Uma das métricas onde essas mudanças são mais visíveis é no resultado operacional. A IAS 1 não define uma fórmula para cálculo do resultado operacional, apenas define as rubricas mínimas que têm de ser apresentadas na demonstração de resultados. No entanto, admite a apresentação de subtotais na demonstração de resultados, desde que sejam consistentes ao longo do tempo e importantes para compreensão do desempenho (Romic, 2013). O resultado operacional é muitas vezes apresentado pelas empresas como uma medida intermédia do resultado, mas a sua composição pode variar, visto que a norma não impõe critérios fixos sobre o que deve ou não ser incluído.

O estudo terá carácter exploratório e irá incidir nos impactos da análise financeira com a introdução IFRS 18, cujas mudanças irão influenciar, quer da ótica das empresas quer dos investidores, nomeadamente com a obrigatoriedade de apresentar o subtotal – resultado operacional. O resultado operacional deverá incluir todos os rendimentos e gastos provenientes das atividades principais da empresa, como as vendas, o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, gastos com o pessoal e outros rendimentos e gastos operacionais diretamente relacionados com a atividade. Ficam excluídos os rendimentos e os gastos de natureza de investimento e de financiamento, bem como os impostos sobre o rendimento.

O resultado operacional é um dos principais indicadores financeiros utilizados para avaliar a eficiência e a rentabilidade das operações principais de uma empresa, sem considerar os efeitos dos gastos financeiros, impostos e outros elementos não operacionais (Jayathilaka, 2020). Com a introdução desta nova norma, as empresas são obrigadas a apresentar a demonstração de resultados desagregada por categorias e também terão de apresentar o subtotal de resultado operacional. Por outro lado, um dos problemas da IAS 1 reside na ausência de uma definição clara e uniforme do que se entende por atividades operacionais, deixando essa decisão ao critério de cada empresa (UL Haq & Arshi, 2022).

Esta abordagem subjetiva pode comprometer a comparabilidade e a transparência da informação financeira apresentada. Na prática, as empresas podem adotar diferentes interpretações sobre quais rubricas devem ser considerados como operacionais, de acordo com a sua natureza, setor ou estratégia de gestão (Romic, 2013). Esta flexibilidade pode levar a implicações significativas para os utilizadores das informações financeiras, como investidores, analistas e reguladores, que são levados a interpretações divergentes sobre o verdadeiro desempenho do negócio principal da empresa.

O EBIT e o EBITDA começaram a ser utilizados nos Estados Unidos a partir das décadas de 1960 e 1970, em resposta à crescente procura para avaliar o desempenho económico das empresas, independentemente da sua estrutura de capital ou das políticas contabilísticas adotadas. O EBIT apareceu como forma de isolar os resultados operacionais antes dos gastos com juros e impostos, possibilitando a comparação entre empresas com vários níveis de endividamento ou regimes fiscais. O EBITDA tornou-se popular na década de 1970, especialmente em setores como as telecomunicações, onde os altos investimentos em ativos resultam em gastos significativos de depreciação e amortização. A sua utilização tornou-se comum na década de 1980, durante a época das aquisições financiadas por dívida (*leveraged buyouts),* onde era muito importante determinar a capacidade das empresas de gerarem recursos suficientes para cumprirem com os seus encargos financeiros (Bouwens et al., 2019).

Estas mudanças irão influenciar significativamente a análise financeira das empresas, dado que, vão permitir uma maior uniformização, transparência e uma maior relevância da informação financeira. Com a nova estrutura da demonstração de resultados, os analistas poderão realizar a sua análise financeira de uma forma mais realista identificando com maior exatidão quais poderão ser os riscos financeiros e operacionais das empresas e poderão ser obrigados a alterar a sua

prática. Terão possivelmente de abandonar indicadores não contabilísticos como o EBIT e o EBITDA e passarão a adotar os contabilísticos como o resultado operacional. A maior uniformização da demonstração de resultados irá permitir a utilização de uma linguagem financeira global na sua análise.

As MPMs são medidas financeiras adicionais, determinadas pela gestão, que procuram oferecer uma visão adicional do desempenho da empresa. No entanto, a IFRS 18 estipula que estas medidas devem derivar exclusivamente de quantias reconhecidas e mensuradas segundo a IFRS 18 (IASB, 2024, §117 e §B117), o que irá excluir métricas que assentam em indicadores operacionais ou dados não contabilísticos, como por exemplo, o número de clientes ou satisfação do cliente.

Apesar de a norma não permitir que métricas não contabilísticas sejam classificadas como MPMs, o seu uso continua a ser frequente na comunicação empresarial. Nesse sentido, (Black et al., 2018) consideram que estas medidas não-GAAP são frequentemente utilizadas pelas empresas para melhorar a perceção do seu desempenho junto dos analistas financeiros e dos investidores. No entanto, alertam para o risco de enviesamento na sua apresentação, dada a ausência de padronização e de supervisão.

Por sua vez, no contexto europeu, a ESMA (2015) destacou a relevância destas medidas alternativas, desde que sejam devidamente conciliadas com os resultados contabilísticos. Um contributo adicional é dado por (Schoenberg, 2006) que analisou empiricamente diferentes métricas de desempenho e conclui, que a escolha das medidas utilizadas pelas empresas tem um impacto significativo na maneira como os *stakeholders* interpretam o desempenho. A sua investigação demonstrou que as medidas não contabilísticas podem ser importantes na compreensão do desempenho da empresa e realça a importância de uma apresentação clara, equilibrada e contextualizada.

Desta forma, a IFRS 18 procura alcançar um equilíbrio, por um lado, permite às empresas continuarem a usar medidas alternativas que consideram relevantes para o relato do seu desempenho, por outro lado, impõe restrições quanto ao que pode ser formalmente incluído como MPMs nas demonstrações financeiras.

Como um dos principais objetivos da IASB será normalizar o uso do resultado operacional para todas as empresas, o novo subtotal permite aos analistas financeiros um novo ponto de partida para a análise de desempenho das empresas (*Press Release* IFRS 18). Com esta tentativa

de normalizar o resultado operacional, será muito mais fácil avaliar a capacidade de criação dos rendimentos das empresas e efetuar comparações entre diversas empresas, medindo-se assim a sua eficiência operacional, independentemente das diferenças existentes entre as estruturas de capitais (Majka, 2024).

Uma vez que o resultado operacional é crucial para avaliar a eficiência das estratégias operacionais e a sua rentabilidade (Wong & Wong, 2010), este será diretamente afetado pelas novas regras. Quando determinados rendimentos e gastos foram reclassificados como atividades operacionais, em vez de atividades de financiamento ou investimento, o resultado operacional pode mudar significativamente. Isto poderá provocar distorções na análise do desempenho operacional de uma empresa, especialmente quando se comparam os resultados de períodos anteriores à implementação da IFRS 18 com os períodos subsequentes.

No entanto, o resultado operacional não está isento de limitações. Uma das principais críticas é que, ao desconsiderar o impacto dos gastos com juros, ele pode fornecer uma visão distorcida da saúde financeira. Se uma empresa tiver altos níveis de dívida, os gastos com juros associados podem limitar a flexibilidade financeira de uma empresa, em períodos de aumentos de taxas de juros (Majka 2024). Para além disso, o resultado operacional deverá ser analisado conjuntamente com outras métricas e os utilizadores das informações financeiras devem ter atenção ao realizar comparações diretas e devem ter atenção às características de cada empresa (Adiloglu & Vuran, 2017).

Portanto, o resultado operacional é uma ferramenta essencial para a análise financeira, com múltiplas aplicações na avaliação do desempenho, na tomada de decisão estratégica e na comparação de empresas. Contudo, a sua interpretação requer algum cuidado, deverão ser tidos em conta diversos fatores contextuais e possíveis limitações na qualidade das informações prestadas. Com a adoção da IFRS 18, será possível uma apresentação mais consistente e comparável do resultado operacional entre empresas, uma vez que a norma define critérios para a sua composição, reforçando a transparência e utilidade da informação financeira.

A normalização do resultado operacional é uma prática essencial na análise financeira, porque permite ajustar os resultados de uma empresa para excluir eventos pontuais e não recorrentes, que podem distorcer a perceção sobre o desempenho real das operações. Contudo, a normalização poderá não eliminar a importância de métricas muito utilizadas, como o EBIT e o EBITDA pelos analistas financeiros no cálculo do resultado operacional na análise financeira.

O EBIT é um dos principais indicadores utilizados na análise financeira das empresas. Este indicador permite medir o desempenho de uma empresa, visto que, isola os efeitos da estrutura de financiamento, das políticas fiscais e também elimina variáveis externas (Nissim, 2017). Ao fazê-lo, o EBIT permite aferir a capacidade de uma empresa em gerar lucros a partir da sua atividade, independentemente de fatores externos ao seu funcionamento corrente.

O EBITDA é uma métrica financeira muito usada para medir o resultado financeiro geral de uma empresa, especialmente útil pela sua capacidade para determinar os futuros fluxos de caixa operacional. De acordo com (Bouwens et al., 2019, página 57), "EBITDA fornece informação adicional sobre a posição financeira de uma empresa, seja sobre a sua rentabilidade, capacidade de *cash flows*, risco de liquidez ou risco de crédito".

O EBITDA pode ser usado para avaliar o poder bruto dos ganhos de uma empresa porque permite medir o desempenho de uma empresa sem considerar as decisões de financiamento, os efeitos fiscais e os gastos com depreciação e amortização, sendo uma métrica que permite calcular a capacidade de uma empresa pagar dívidas e distribuir dividendos (Adiloylu & Vuran 2017). Também se destaca pela facilidade para contribuir para uma maior comparabilidade entre empresas visto que elimina as práticas contabilísticas (Strelnik et al., 2024) que podem variar significativamente entre as empresas, como as diferenças nos regimes fiscais dos diversos países, que podem influenciar o resultado líquido, as diferentes estruturas de capital que afetam os gastos com juros e o tratamento contabilístico de subsídios que podem alterar os resultados operacionais.

Neste contexto, a implementação da IFRS 18 poderá representar um progresso considerável, ao exigir a divulgação de subtotais obrigatórios, promovendo uma maior transparência e uniformidade na comunicação dos resultados operacionais. Ao limitar a margem para diferentes interpretações nas práticas contabilísticas, esta norma contribui para uma leitura mais clara e comparável do desempenho das empresas, reforçando a confiança das métricas utilizadas pelos analistas financeiros.

Contudo, apesar da sua aparente utilidade e simplicidade, o EBITDA apresenta várias limitações, visto que, este indicador não considera os gastos financeiras, impostos e investimentos em ativos fixos, elementos que, embora não estejam diretamente relacionados com a operação corrente são fundamentais para avaliar a sustentabilidade e a criação de valor no longo prazo. Além disso, o EBITDA não inclui o custo de capital utilizado para gerar os

resultados operacionais, o que pode resultar em avaliações subestimadas da rentabilidade de certas empresas. De acordo com (Jorge Farinha, 2021), "o EBITDA é frequentemente interpretado como sinónimo de valor criado ou de rentabilidade operacional, quando na verdade ignora custos significativos e recorrentes associados ao negócio". Este tipo de análise pode ser ilusório, o que pode levar à tomada de decisões de gestão baseadas em métricas que não refletem de forma fiel a realidade económica da empresa.

A normalização do resultado operacional poderá substituir o uso de métricas como o EBIT e o EBITDA, o que garantirá que sejam calculados sobre dados consistentes e representativos do desempenho operacional da empresa.

Capítulo 4 - Questão de Investigação

A implementação da IFRS 18 irá alterar substancialmente a forma como as empresas passam a relatar o resultado com a nova estrutura da demonstração de resultados, permitindo uma maior transparência e uniformização das informações financeiras e também provocará mudanças significativas na análise financeira das empresas.

A investigação deste estudo exploratório tem como finalidade analisar quais serão os impactos na análise financeira, com especial foco no resultado operacional e os desafios enfrentados com a adoção da IFRS 18 nas empresas, a partir de 2027. Em função dos resultados das entrevistas poderemos ter necessidade de aprofundar a conclusão do nosso estudo. O presente estudo pretende explorar se a alteração vai eliminar/reduzir a necessidade dos analistas recorrerem a métricas financeiras não contabilísticas (como acontece atualmente com o EBITDA) e, através das simulações, poder antecipar as possíveis dificuldades de implementação por parte das empresas.

A IFRS 18 vai exigir que os rendimentos e os gastos atualmente classificados nas rubricas de "outros operacionais" sejam desagregados e reclassificados, podendo ser incluídos nas categorias operacionais, de investimento ou de financiamento. Esta normalização e refinamento do resultado operacional poderá reduzir o interesse dos analistas financeiros em métricas não contabilísticas, como o EBIT e o EBITDA reportado.

Será que os analistas financeiros vão alterar a sua prática e passar a adotar o "novo" Resultado Operacional?

Na próxima secção, é apresentada a metodologia utilizada, com o objetivo de entender e responder às dúvidas deste estudo.

Capítulo 5 - Metodologia

Nesta secção é apresentada a metodologia definida para esta dissertação.

5.1 - Metodologia de Investigação

O estudo em questão tem como principal objetivo analisar a adoção da IFRS 18 na prática da análise financeira com foco no resultado operacional. Terá um caráter exploratório e o objetivo será analisar a implementação da IFRS 18 numa empresa. Depois, mantendo o caráter exploratório e conhecendo melhor o processo de implementação e as suas dificuldades e facilidades partiremos para um conjunto de entrevistas a analistas financeiros para responder à questão principal. Esta nova norma não só modificará a maneira como as empresas relatam o seu resultado operacional, como também terá impacto nas principais rubricas da demonstração de resultados.

Para esta dissertação, foi utilizada uma metodologia qualitativa onde foram realizadas entrevistas com uma população não aleatória, tendo sido realizado uma análise de conteúdo das entrevistas. Paralelamente, fez-se uma simulação da demonstração de resultados para facilitar a realização das entrevistas e os entrevistados terem um exemplo prático das alterações que irão ocorrer na demonstração de resultados. Com a intenção de compreender como os analistas financeiros entendem e reagem às alterações que serão implementadas pela IFRS 18, foi desenvolvido um conjunto de questões para responder à principal questão deste estudo. As questões feitas aos entrevistados encontram-se em anexo. As questões têm como objetivo explorar o nível de familiaridade com a nova norma, as expectativas quanto à sua aplicabilidade prática e o eventual impacto na análise financeira, com especial atenção ao "novo resultado operacional".

Por outro lado, permite ao autor conhecer e perceber, de forma aprofundada, quais são as alterações introduzidas pela IFRS 18, compreendendo não só as mudanças nos requisitos de apresentação e divulgação da demonstração de resultados, mas também as suas implicações na forma como a informação financeira é interpretada e utilizada pelos diversos utilizadores.

5.2 - Simulação de uma demonstração de resultados

Foi realizada a simulação da DR com dois objetivos, tentar antecipar os desafios que as empresas poderão enfrentar com a sua implementação e facilitar a realização das entrevistas.

Nesse contexto, a empresa que irá ser utilizada para estudar a implementação da IFRS 18 na prática da análise financeira é uma empresa pública com tradição no setor agroflorestal, que desenvolve a sua atividade na região de Lisboa.

A atividade da empresa estende-se por diversas áreas, nomeadamente agricultura, silvicultura, pecuária e a produção vitivinícola, integrando ainda práticas de conservação da natureza e promoção da biodiversidade. Nos últimos anos, tem vindo a reforçar o seu posicionamento através da aposta no enoturismo e na valorização ambiental do território que gere.

Do ponto de vista contabilístico, a empresa apresenta as suas demonstrações financeiras individuais de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme exigido em Portugal. No entanto, as suas demonstrações financeiras consolidadas são preparadas com base nas normas internacionais de relato financeiro (IFRS), uma vez que a empresa que detém a totalidade do seu capital social adota este referencial contabilístico na elaboração das contas consolidadas.

Neste seguimento, a simulação do caso será dividida, em três fases, nomeadamente a construção e simulação da demonstração de resultados que permitirá observar e comparar as diferenças entre a IAS 1 e a aplicação da IFRS 18. No contexto deste estudo, foram efetuadas três simulações com a finalidade de entender os diversos critérios de mensuração aplicáveis na IAS 1 e na IFRS 18, assim como os seus impactos na estrutura da demonstração de resultados.

A primeira simulação consistiu numa comparação dos critérios de mensuração adotados pelas duas normas, possibilitando identificar as principais diferenças no reconhecimento e mensuração das rubricas da demonstração de resultados. Na segunda simulação foram utilizados apenas as rubricas e os critérios de mensuração estabelecidos pela IAS 1. Na terceira simulação foram utilizadas as rubricas e os critérios de mensuração definidos pela IFRS 18, permitindo uma análise prática das alterações introduzidas pela nova norma, tanto na estrutura de apresentação, quanto no reconhecimento dos rendimentos e gastos. As três simulações foram criadas a partir da mesma base de dados financeiros, para possibilitar uma comparação entre os dois normativos.

5.2.1 - Construção e simulação da demonstração de resultados

5.2.1.1 - IAS 1

Tabela 2 - Demonstração de resultados no formato da IAS 1

Rendimentos e Gastos	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Vendas e serviços prestados	5 574 471	6 435 082
Subsídios à exploração	1 972 610	1 721 265
Ganhos/perdas imp. de subs., assoc., e empr. conj.	-14 047	111 223
Variação nos inventários de produção	-2 746 599	-3 719 893
Trabalhos para a própria entidade	100 825	31 725
Custo merc. vendidas e das mat. consumidas	-2 472 959	-2 618 478
Fornecimentos e serviços externos	-4 234 038	-4 399 776
Gastos com o pessoal	-3 012 308	-2 724 222
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-6 037	11 593
Aumentos/reduções de justo valor	3 989 204	5 689 358
Outros Rendimentos	**4 486 706**	**4 025 729**
Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento	3 536 933	3 348 454
Outros rendimentos	949 773	677 275
Outros gastos e perdas	-408 988	-332 846
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	**3 228 841**	**4 230 760**
Gastos/rever. de depreciações e de amortização	-1 156 772	-1 132 771
Resultado antes de gastos de financiamento e impostos	**2 072 068**	**3 097 989**
Juros e gastos similares suportados	-8 829	-7 993
Resultado antes de impostos	**2 063 239**	**3 089 996**
Imposto sobre o rendimento do período	-413 071	-555 386
Resultado líquido do período	**1 650 168**	**2 534 609**

Fonte: Elaboração própria, tendo por base o relatório e contas da empresa e com a colaboração da empresa.

5.2.1.2 - IFRS 18

Tabela 3 - Demonstração de resultados no formato da IFRS 18

Rendimentos e Gastos	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Categoria Operacional		
Vendas e serviços prestados	5 574 470	6 435 082
Subsídios à exploração	1 972 610	1 721 265
Variação nos inventários de produção	-2 746 600	-3 719 893
Custo merc. vendidas e das mat. consumidas	-2 472 960	-2 618 478
Fornecimentos e serviços externos	-4 234 040	-4 386 776
Gastos com o pessoal	-3 012 310	-2 724 222
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-6 036	11 593
Aumentos/reduções de justo valor de ativos biológicos	3 989 204	5 689 358
Ganhos em inventários (não inclui reversão de perdas em imparidades)	103 225	53 888
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 000	2 000
Trabalhos para própria entidade	100 825	31 725
Rendimentos suplementares	231 407	239 315
Outros gastos	-92 422	-71 691
Subsídios ao Investimento	211 784	163 179
Outros rendimentos e ganhos (associados ao operacional da empresa)	16 256	12 264
Perdas em Inventários (não inclui perdas de imparidade)	-219 552	-169 416
Imparid. invest. deprec./amortiz. (perdas/revers.) em plantas destinadas a produção	0	1 331 000
Imparid. invest. deprec./amortiz. (perdas/revers.) em terrenos e recursos naturais	0	-5 722 000
Gastos de depreciação e amortização	-1 164 000	-1 154 000
Resultado Operacional	**-1 747 139**	**-4 875 807**

Categoria de Investimentos		
Ganhos/perdas imp. de subs., assoc., e empr. conj.	-14 047	111 223
Aumentos/reduções de justo valor de Propriedades de Investimento	-3 000	16 360 000
Ganhos em Ativos Fixos tangíveis e Intangíveis (não inclui reversão de perdas em imparidades)	77 512	72 527
Rendimentos e ganhos de propriedades de investimentos	3 536 933	3 348 454
Rendimentos de Juro obtidos (não relacionados com financiamentos)	308 589	134 103
Gastos e perdas em investimentos	-17 259	-15 242
Resultado da Categoria de Investimentos	**3 888 728**	**20 011 065**
Resultado antes de gastos de financiamento e impostos	**2 141 589**	**15 135 258**
Categoria de Financiamento		
Juros e gastos suportados	-8 829	-7 993
Resultado antes de Imposto	**2 132 760**	**15 127 265**
Categoria de Impostos		
Imposto indiretos	-79 754	-76 496
Imposto estimado para o período	-331 057	-365 000
Imposto diferido	1 132 400	-2 426 000
Resultado Líquido do Período	**2 854 349**	**12 259 769**

Nestas duas primeiras tabelas, como se observa pelas simulações efetuadas, os resultados obtidos são diferentes entre as duas normas. Essa diferença resulta da diferente aplicação dos critérios de mensuração nas propriedades de investimento, dos ativos biológicos e dos produtos agrícolas, uma vez que na IAS 1 são mensurados ao seu custo de aquisição, enquanto que na IFRS 18 são reconhecidos pelo seu justo valor. Na análise realizada a maior dificuldade sentida foi fazer a desagregação das rubricas de outros rendimentos e outros gastos.

5.2.1.3 - IAS 1 com rubricas e critério de mensuração da IAS 1

Tabela 4 - Demonstração de resultados no formato da IAS 1 segundo os critérios de mensuração da IAS 1

Rendimentos e Gastos	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Vendas e serviços prestados	5 574 471	6 435 082
Subsídios à exploração	1 972 610	1 721 265
Ganhos/perdas imp. de subs., assoc., e empr. conj.	-14 047	111 223
Variação nos inventários de produção	-2 746 599	-3 719 893
Trabalhos para a própria entidade	100 825	31 725
Custo merc. vendidas e das mat. consumidas	-2 472 959	-2 618 478
Fornecimentos e serviços externos	-4 234 038	-4 399 776
Gastos com o pessoal	-3 012 308	-2 724 222
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-6 037	11 593
Aumentos/reduções de justo valor	3 989 204	5 689 358
Outros Rendimentos	**4 486 706**	**4 025 729**
Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento	3 536 933	3 348 454
Outros rendimentos	949 773	677 275
Outros gastos e perdas	-408 988	-332 846
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	**3 228 841**	**4 230 760**
Gastos/rever. de depreciações e de amortização	-1 156 772	-1 132 771
Resultado antes de gastos de financiamento e impostos	2 072 068	3 097 989
Juros e gastos similares suportados	-8 829	-7 993
Resultado antes de impostos	**2 063 239**	**3 089 996**
Imposto sobre o rendimento do período	-413 071	-555 386
Resultado líquido do período	**1 650 168**	**2 534 609**

Fonte: Elaboração própria, tendo por base o relatório e contas da empresa e com a colaboração da empresa.

5.2.1.4 - IFRS 18 com rubricas e critério de mensuração da IAS 1

Tabela 5 **- Demonstração de resultados no formato da IFRS 18 segundo os critérios de mensuração da IAS 1**

Rendimentos e Gastos	**31/12/2024**	**31/12/20230**
Categoria Operacional		
Vendas e serviços prestados	5 574 471	6 435 082
Subsídios à exploração	1 972 610	1 721 265
Variação nos inventários de produção	-2 746 599	-3 719 893
Custo merc. vendidas e das mat. consumidas	-2 472 959	-2 618 478
Fornecimentos e serviços externos	-4 234 038	-4 399 776
Gastos com o pessoal	-3 012 308	-2 724 222
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-6 037	11 593
Aumentos/reduções de justo valor de ativos biológicos	3 989 204	5 689 358
Ganhos em inventários (não inclui reversão de perdas em imparidades)	103 225	53 888
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 000	2 000
Trabalhos para própria entidade	100 825	31 725
Rendimentos suplementares	231 407	239 315
Outros gastos	-92 422	-71 691
Subsídios ao Investimento	211 784	163 179
Outros rendimentos e ganhos (associados ao operacional da empresa)	16 256	12 263
Perdas em Inventários (não inclui perdas de imparidade)	-219 552	-169 416
Gastos de depreciação e amortização	-1 156 772	-1 132 771
Resultado Operacional	**-1 739 905**	**-476 579**
Categoria de Investimentos		
Ganhos/perdas imp. de subs., assoc., e empr. conj.	-14 047	111 223

Ganhos em Ativos Fixos tangíveis e Intangíveis (não inclui reversão de perdas em imparidades)	77 512	72 526
Rendimentos e ganhos de propriedades de investimentos	3 536 933	3 348 454
Rendimentos de Juro obtidos (não relacionados com financiamentos)	308 589	134 103
Gastos e perdas em investimentos	-17 259	-15 243
Resultado da Categoria de Investimentos	**3 891 728**	**3 651 063**
Resultado antes de gastos de financiamento e impostos	**2 151 823**	**3 174 484**
Categoria de Financiamento		
Juros e gastos suportados	-8 829	-7 993
Resultado antes de Imposto	**2 142 994**	**3 166 491**
Categoria de Impostos		
Imposto indiretos	-79 754	-76 496
Imposto estimado para o período	-331 057	-364 991
Imposto diferido	-82 014	-190 395
Resultado Líquido do Período	**1 650 169**	**2 534 609**

Fonte: Elaboração própria, tendo por base o relatório e contas da empresa e com a colaboração da empresa.

Nesta segunda simulação como se pode observar, os resultados obtidos são iguais, visto que, foram utilizados os critérios de mensuração da IAS 1 e não foram consideradas as variações de justo valor das propriedades de investimento, dos ativos biológicos e dos produtos agrícolas, na simulação da demonstração de resultados no formato da IFRS 18 para garantir uma maior compreensão dos dados apresentados e ao mesmo tempo explorar a nova estrutura da demonstração de resultados.

5.2.1.5 - IAS 1 com rubricas e critérios de mensuração da IFRS 18

Tabela 6 **- Demonstração de resultados no formato da IAS 1 segundo os critérios de mensuração da IFRS 18**

Rendimentos e Gastos	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Vendas e serviços prestados	5 574 471	6 435 082

Subsídios à exploração	1 972 610	1 721 265
Ganhos/perdas imp. de subs., assoc., e empr. conj.	-14 047	111 223
Variação nos inventários de produção	-2 746 600	-3 719 893
Trabalhos para a própria entidade	100 825	31 725
Custo merc. vendidas e das mat. consumidas	-2 472 960	-2 618 478
Fornecimentos e serviços externos	-4 234 040	-4 386 776
Gastos com o pessoal	-3 012 310	-2 724 222
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-6 036	11 593
Aumentos/reduções de justo valor	3 989 204	5 689 358
Outros Rendimentos	**4 486 706**	**4 025 729**
Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento	3 536 933	3 348 454
Outros rendimentos	949 773	677 275
Outros gastos e perdas	-408 988	-332 846
Imparid. invest. deprec./amortiz. (perdas/revers.) em plantas destinadas a produção	0	1 331 000
Imparid. invest. deprec./amortiz. (perdas/revers.) em terrenos e recursos naturais	0	-5 722 000
Aumentos/reduções de justo valor de Propriedades de Investimento	-3 000	16 360 000
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	**3 225 835**	**16 212 762**
Gastos/rever. de depreciações e de amortização	-1 164 000	-1 154 000
Resultado antes de gastos de financiamento e impostos	**2 061 835**	**15 058 762**
Juros e gastos similares suportados	-8 829	-7 993
Resultado antes de impostos	**2 053 006**	**15 050 769**
Imposto sobre o rendimento do período	801 343	-2 791 000
Resultado líquido do período	**2 854 349**	**12 259 769**

Fonte: Elaboração própria, tendo por base o relatório e contas da empresa e com a colaboração da empresa.

5.2.1.6 - IFRS 18 com rubricas e critérios de mensuração da IFRS 18

Tabela 7 - Demonstração de resultados com o formato da IFRS 18 segundo os critérios de mensuração da IFRS 18

Rendimentos e Gastos	31/12/2024	31/12/2023
Categoria Operacional		
Vendas e serviços prestados	5 574 470	6 435 082
Subsídios à exploração	1 972 610	1 721 265
Variação nos inventários de produção	-2 746 600	-3 719 893
Custo merc. vendidas e das mat. consumidas	-2 472 960	-2 618 478
Fornecimentos e serviços externos	-4 234 040	-4 386 776
Gastos com o pessoal	-3 012 310	-2 724 222
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-6 036	11 593
Aumentos/reduções de justo valor de ativos biológicos	3 989 204	5 689 358
Ganhos em inventários (não inclui reversão de perdas em imparidades)	103 225	53 888
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 000	2 000
Trabalhos para própria entidade	100 825	31 725
Rendimentos suplementares	231 407	239 315
Outros gastos	-92 422	-71 691
Subsídios ao Investimento	211 784	163 179
Outros rendimentos e ganhos (associados ao operacional da empresa)	16 256	12 264
Perdas em Inventários (não inclui perdas de imparidade)	-219 552	-169 416
Imparid. invest. deprec./amortiz. (perdas/revers.) em plantas destinadas a produção	0	1 331 000
Imparid. invest. deprec./amortiz. (perdas/revers.) em terrenos e recursos naturais	0	-5 722 000
Gastos de depreciação e amortização	-1 164 000	-1 154 000

Resultado Operacional	**-1 747 139**	**-4 875 807**
Categoria de Investimentos		
Ganhos/perdas imp. de subs., assoc., e empr. conj.	-14 047	111 223
Aumentos/reduções de justo valor de Propriedades de Investimento	-3 000	16 360 000
Ganhos em Ativos Fixos tangíveis e Intangíveis (não inclui reversão de perdas em imparidades)	77 512	72 527
Rendimentos e ganhos de propriedades de investimentos	3 536 933	3 348 454
endimentos de Juro obtidos (não relacionados com nanciamentos)	308 589	134 103
Gastos e perdas em investimentos	-17 259	-15 242
Resultado da Categoria de Investimentos	**3 888 728**	**20 011 065**
Resultado antes de gastos de financiamento e impostos	**2 141 589**	**15 135 258**
Categoria de Financiamento		
Juros e gastos suportados	-8 829	-7 993
Resultado antes de Imposto	**2 132 760**	**15 127 265**
Categoria de Impostos		
Imposto indiretos	-79 754	-76 496
Imposto estimado para o período	-331 057	-365 000
Imposto diferido	1 132 400	-2 426 000
Resultado Líquido do Período	**2 854 349**	**12 259 769**

Fonte: Elaboração própria, tendo por base o relatório e contas da empresa e com a colaboração da empresa.

Nesta terceira simulação como se pode observar os resultados obtidos são iguais, uma vez que, foram utilizados os critérios de mensuração da IFRS 18 e foram acrescentadas as variações de justo valor das propriedades de investimento, dos ativos biológicos e dos produtos agrícolas na simulação da demonstração de resultados no formato da IAS 1 para se obter uma simulação mais realista do futuro formato da DR. Na realização das simulações também me deparei com alguma dificuldade na categorização de algumas rubricas na categoria correspondente.

Capítulo 6 - Análise dos resultados

O capítulo seguinte destina-se à apresentação dos resultados obtidos com a simulação de um caso, para dar resposta aos objetivos da investigação em causa. Será dividida em duas fases, na primeira serão analisadas as principais diferenças entre a estrutura da demonstração de resultados segundo a norma IAS 1 e a nova norma IFRS 18, com destaque nas alterações mais significativas e nas suas possíveis implicações para análise financeira e em seguida serão discutidas as conclusões das entrevistas realizadas com analistas financeiros, procurando compreender as suas perceções quanto ao impacto prático da implementação da IFRS 18 na melhoria da qualidade da informação financeira disponibilizada.

6.1 - Demonstração de Resultados: Análise comparativa entre as estruturas da IAS 1 e da IFRS 18

A transição da IAS 1 para IFRS 18 representa uma mudança expressiva na maneira como as empresas apresentarão os seus resultados. Essa alteração não se restringe apenas ao formato da demonstração de resultados, mas também pode gerar implicações substanciais em termos de transparência, padrões de comparabilidade e nas práticas internas relacionadas à apresentação e divulgação das demonstrações financeiras. A seguir, serão exploradas as principais diferenças e possíveis impactos dessas mudanças.

- **Diferenças Estruturais**

A IAS 1 permite alguma flexibilidade na forma de apresentar a demonstração de resultados, o que frequentemente resulta em diferenças significativas entre empresas. Cada empresa pode definir os subtotais que opta por apresentar, como "resultado operacional" e adota classificações distintas para os rendimentos e gastos, o que pode gerar variações substanciais. Em contrapartida, a IFRS 18 estabelece uma estrutura mais rígida, como a categorização dos rendimentos e gastos por categorias, tais como:

- Categoria Operacional
- Categoria de Investimentos
- Categoria de Financiamento
- Categoria de Imposto
- Categoria de Operações descontinuadas

Como se pode observar pelas simulações efetuadas, a IFRS 18 exige um maior detalhe ao nível da desagregação das rubricas o que irá permitir aos utilizadores das informações financeiras uma interpretação mais direta dos resultados das empresas. Para além disso, a norma exige a apresentação de subtotais normalizados, como o resultado operacional e o lucro ou prejuízo antes de gastos de financiamento e de impostos.

- **Aumento da transparência e da comparabilidade**

Com estas mudanças introduzidas, a IFRS 18 procura promover uma maior transparência na apresentação dos resultados das empresas. Ao exigir que as empresas adotem categorias e os subtotais padronizados, a norma pretende diminuir a subjetividade na forma como são apresentados os resultados. Estas alterações poderão permitir aos investidores, analistas e outros *stakeholders* uma visão mais clara e objetiva sobre o desempenho da empresa, reduzindo assim o possível risco de interpretações equivocadas. Como se pode observar pelas simulações realizadas, a uniformização da DR pode permitir aos analistas um novo ponto de partida na análise financeira das empresas.

A padronização desses elementos também poderá facilitar a comparação entre empresas, independentemente do setor ou da localização geográfica. O que antes era desafiador, devido à maior flexibilidade de apresentação permitida pela IAS 1, agora torna-se mais simples e analiticamente consistente.

- **Impactos nos sistemas contabilísticos e nas práticas internas**

A adoção da IFRS 18 poderá exigir alterações significativas nas empresas e na estrutura dos processos contabilísticos e de divulgação das demonstrações financeiras. Com estas mudanças, as empresas precisarão de adaptar as suas práticas para assegurar que os rendimentos e os gastos sejam devidamente classificados de acordo com as novas categorias estabelecidas pela norma.

Isto poderá implicar:

- Alterações no plano de contas e nas regras de classificação das operações
- Alterações nos centros de custo para refletir as categorias exigidas
- Revisão das rotinas de fecho mensal e de consolidação
- Redefinição do formato dos relatórios e contas para alinhar com a nova estrutura externa

- Formação técnica das equipas financeiras

➢ **Influência na análise financeira das empresas**

A IFRS 18 poderá modificar significativamente a maneira como a análise financeira é realizada. Com a implementação de um resultado operacional padronizado, os analistas/investidores poderão contar com uma base mais uniforme para avaliar o desempenho empresarial. Isso poderá ser especialmente relevante em setores onde, anteriormente, era prática comum ajustar ou excluir determinadas rubricas para fins comparativos.

Adicionalmente, a distinção clara entre os componentes operacionais, de investimento e de financiamento possibilita identificar com maior precisão as origens recorrentes e não recorrentes dos resultados, permitindo uma maior qualidade e a fundamentação das análises financeiras.

Em resumo, a IFRS 18 constitui um avanço significativo em direção a uma apresentação e divulgação financeira mais transparente, comparável e funcional para os utilizadores das informações financeiras. Embora exija mudanças técnicas e operacionais, os benefícios alcançados em termos de qualidade informativa poderão justificar amplamente o esforço necessário para a sua implementação.

6.2 - O novo Resultado Operacional e a prática dos analistas financeiros: Impacto da IFRS 18

O objetivo desta análise qualitativa é entender, através das respostas dadas, se os analistas financeiros modificarão a sua prática e se será adotado o novo "resultado operacional" exigido pela IFRS 18. A análise utiliza uma abordagem interpretativa e será realizada em três fases.

No contexto deste estudo, foram realizadas 18 entrevistas a profissionais, que a faixa etária varia entre os 24 anos e 55 anos. Os entrevistados exercem funções variadas no setor financeiro, nomeadamente como auditores, contabilistas, diretores financeiros, analistas de crédito, consultores nas áreas de *corporate finance*, profissionais de *advisory* na área de *deal, accounting managers e controllers* de gestão. Em relação ao género, a amostra inclui 7 mulheres e 11 homens, o que representa uma diversidade de experiências e funções nas suas respetivas empresas.

Na primeira fase, denominada de codificação aberta, foi realizada uma análise minuciosa das respostas de cada entrevistado, com a identificação de unidades de significado às quais foram

atribuídos códigos abertos. Cada código reflete uma ideia, perceção ou posição manifestada pelos entrevistados. Na fase da codificação axial, os códigos abertos foram agrupados em temas semelhantes, com o objetivo de identificar padrões, relações e estruturas de sentido comum entre os entrevistados.

Por fim, foi elaborado um texto analítico para cada pergunta com base nos temas identificados e incluindo citações diretas dos entrevistados, devidamente identificados por um número. Os textos procuram articular as perceções individuais com a questão de investigação. De seguida serão apresentadas as análises para cada pergunta.

Está familiarizado com a nova norma IFRS 18?

Codificação Aberta

- **Códigos abertos identificados**
  - Conhecimento parcial
  - Leitura inicial
  - Interesse pessoal
  - Contexto técnico compreendido
  - Desconhecimento
  - Ausência de informação institucional
  - Conhecimento avançado
  - Conhecimento das mudanças; Aplicação prática
  - Conhecimento detalhado sobre alterações
  - Análise prática da nova norma
  - Modificações entre o modelo tradicional e novo modelo

Codificação Axial

Tabela 8 -Análise de resultados da questão 1

Temas	**Códigos abertos relacionados**
Grau de Familiaridade com IFRS 18	Conhecimento parcial, Conhecimento avançado, Modificações entre o modelo tradicional e o novo modelo
Fontes de conhecimento	Leitura Técnica e Inicial, Interesse pessoal
Conhecimento Aplicado/Técnico	Aplicação prática, Contexto técnico compreendido, Conhecimento detalhado
Lacunas Informativas e Barreiras Institucionais	Ausência de informação institucional, falta de conhecimento

Fonte: elaboração própria

As respostas à questão inicial mostram uma ampla diversidade de graus de conhecimento sobre a IFRS 18. A maior parte dos entrevistados revelam um conhecimento profundo, enquanto que uma minoria sinaliza que não tinha conhecimento da nova norma.

A entrevistada nº6 foi uma das que demonstrou maior domínio técnico "eu sei que esta norma tem como objetivo substituir a IAS 1 e que irá aplicar-se de forma retrospetiva a partir de 1 de janeiro de 2027". O entrevistado nº9 evidenciou um conhecimento organizado ao declarar: "estou ciente que a nova norma IFRS 18 trará alterações significativas a nível estético da demonstração de resultados".

Numa outra perspetiva, o entrevistado nº1 e nº2 demonstram uma familiaridade parcial. O entrevistado nº 1 referiu que "sim, pelo menos nos pontos principais" e o entrevistado nº 2 acrescentou o seguinte: "sim já estive a ler sobre a norma".

Por outro lado, a entrevistada nº5 salienta uma lacuna institucional importante porque não tinha conhecimento sobre a norma: "ainda não recebemos nenhuma orientação sobre a nova norma IFRS 18". No mesmo sentido, o entrevistado nº4 declarou que "não tinha conhecimento da norma", o que pode ser visto como uma falha no processo de disseminação da norma nas empresas.

Os entrevistados nº 11 e 12 referiram que é "uma nova norma que já temos vindo a trabalhar este ano, porque temos algumas empresas que querem começar a adotar o novo formato da demonstração de resultados, apesar da sua adoção obrigatória ser em 2027". Este facto sugere alguma antecipação por parte das empresas, refletindo não só a relevância prática da norma como também uma postura proativa das empresas em alinhar os seus relatórios financeiros com as futuras exigências regulatórias.

Esta variedade evidencia que a aceitação e entendimento da IFRS 18 ainda não é homogéneo entre os profissionais financeiros e que ainda existe um caminho a percorrer por parte das empresas ao nível do conhecimento da norma e das empresas regulatórias ao divulgarem a IFRS 18.

Qual é a sua perceção geral sobre as mudanças introduzidas pela IFRS 18 em relação à IAS 1?

Codificação Aberta

- **Códigos abertos identificados**
  - Mais estruturada
  - Uniformização da demonstração de resultados
  - Mais detalhe e mais rigor
  - Complexidade aumentada
  - Risco de menor clareza
  - Necessidade de adaptação
  - Maior organização dos resultados
  - Reformulação positiva
  - Maior fiabilidade na leitura externa
  - Maior comparabilidade
  - Maior desagregação
  - Categorização
  - Mais benéfica em termos de análise de resultados
  - Transparência melhorada

Codificação axial

Tabela 9 - Análise de resultados da questão 2

Temas	**Códigos abertos relacionados**
Melhoria na estrutura e clareza	Mais estruturada, Reformulação positiva, maior organização dos resultados, Maior desagregação
Transparência e Comparabilidade	Uniformização, Transparência melhorada, Maior comparabilidade
Exigência técnica e Complexidade	Mais detalhe e rigor, complexidade aumentada, categorização
Impacto na leitura por terceiros	Maior fiabilidade na leitura externa, mais benéfica em termos de análise de resultados
Riscos Percebidos ou limitações	Risco de menor clareza, Necessidade de adaptação

Fonte: Elaboração própria

A perceção geral sobre as mudanças introduzidas pela nova norma demonstra uma sensação predominantemente positiva entre os entrevistados, embora haja algumas dúvidas em relação à sua complexidade. De modo geral, existe concordância sobre a melhoria ao nível da organização, clareza e comparabilidade.

A entrevistada nº 6 afirmou de forma clara que "A IFRS 18 vem classificar a estrutura da demonstração de resultados, que era muita vaga na IAS 1". No mesmo sentido, o entrevistado nº 18 considera que um dos principais benefícios da norma é o "aumento da credibilidade da demonstração de resultados porque deixa de ser possível que as empresas criem ou formatem a demonstração de resultados da forma que lhe é mais favorável, que é o que acontece hoje em dia", destacando assim o valor da uniformização.

Por sua vez, o entrevistado nº 9 valorizou a transparência, "Esta nova norma traz uma estrutura mais clara que melhora a leitura, tanto para o analista como para o investidor". A entrevistada nº 8 também reforçou essa ideia que "vai facilitar muito a leitura para os utilizadores porque conseguimos perceber quais são os rendimentos e gastos associados à atividade principal da empresa". A entrevistada nº 13 considera muito positivo haver uma maior desagregação porque considera que "permite uma melhor compreensão da demonstração de resultados, uma vez que é mais fácil perceber a que categoria estão associados os rendimentos e os gastos".

Por outro lado, o entrevistado nº4 expressou algumas reservas quanto às alterações "Quanto mais se adensa a informação, menos inteligível ela fica" denunciando uma possível perda da clareza pela introdução de mais detalhe técnico na elaboração da demonstração de resultados.

A harmonia entre o aprimoramento técnico da norma e a sua exigência operacional é um aspeto crucial da análise. Para certos entrevistados, os benefícios da uniformização de interpretação podem compensar os gastos com a sua adaptação. Para os restantes entrevistados, existe o perigo do excesso de informação e alguma relutância na implementação.

No âmbito da investigação, esta questão evidencia que os profissionais percebem as vantagens do novo modelo, mas a sua adoção plena, especialmente por analistas, poderá depender de como adaptarem as suas práticas ao novo contexto.

Acha que a separação entre categorias (Operacional, Investimento e Financiamento) melhora a compreensão da performance da empresa?

Codificação Aberta

- **Códigos abertos identificados**
  - Facilita leitura dos resultados
  - Ajuda na análise por segmento
  - Esclarece a origem dos resultados
  - Pode criar confusão adicional
  - Dificuldade de segmentação
  - Maior clareza das operações
  - Contribui para análise externa
  - Facilita a origem dos fluxos
  - Ajuda a identificar áreas geradoras de valor
  - Segregação de rendimentos e gastos
  - Análise mais precisa
  - Ponto de partida igual

Codificação Axial

Tabela 10 - Análise de resultados da questão 3

Temas	**Códigos Abertos relacionados**
Melhoria da Compreensão da Performance	Facilita leitura, identificação de valor, segregação, ponto de partida igual
Apoio à análise financeira	Ajuda na análise por segmento, análise externa, análise mais precisa
Transparência e origem dos resultados	Origem dos resultados e dos fluxos, Clareza das operações
Limitações Percebidas	Confusão adicional, Dificuldade de segmentação

Fonte: Elaboração própria

A maioria dos entrevistados considera que a divisão entre categorias torna mais fácil entender o desempenho da empresa e proporciona uma visão mais nítida da demonstração de resultados. Por outro lado, houve entrevistados que demonstraram algumas reservas quanto à categorização.

O entrevistado nº14 destacou a importância desta categorização visto que considera que "se a empresa estiver numa fase de investimentos e de obter financiamento para investir isso irá impactar a demonstração de resultados e conseguimos perceber qual será o impacto no resultado da empresa nesse ano". No mesmo sentido, o entrevistado nº17 considera positiva a introdução destas categorias "uma vez que vai permitir a todas as empresas terem o mesmo ponto de partida na elaboração da demonstração de resultados". Estes dois entrevistados reforçaram a importância da uniformização e da comparabilidade entre empresas.

A entrevistada nº 12 considera que esta separação por categorias é muito útil para se perceber "qual é o rendimento que efetivamente vem do core business da empresa e poder separá-lo do outro tipo de rendimentos que a empresa tem", destacando a importância clara da performance do negócio principal da empresa. Por sua vez, o entrevistado nº9 observou que "com essa classificação é mais fácil perceber quais as áreas geradoras de valor", reforçando a relevância da nova organização para a avaliação do desempenho. Já o entrevistado nº 2 foi direto ao dizer "Esta separação melhora significativamente a forma como analisamos os resultados", destacando o impacto positivo esperado entre os analistas financeiros.

No entanto, houve quem expressasse algumas preocupações, o entrevistado nº4 alertou que "em empresas complexas, a separação pode ser ambígua e pode não acrescentar muita clareza", sugerindo que a medida pode criar dificuldades práticas na classificação. Por outro lado, o entrevistado nº 15 considera que esta divisão por categorias será benéfica para os utilizadores "quanto maior for a complexidade do negócio onde a empresa atua, a desagregação das rubricas vai ser mais útil", acrescentou ainda que "quanto mais simples for a atividade operacional da empresa, menor tende a ser a sua escala e o impacto das alterações".

Desta forma, a divisão por categorias parece ser um avanço efetivo para uma análise mais metódica e confiável do desempenho operacional. A organização das informações poderá simplificar o trabalho dos analistas, o que poderá aumentar a chance de aceitação do novo resultado operacional.

Como avalia a introdução obrigatória de subtotais normalizados, como o resultado operacional e o lucro ou prejuízo antes de gastos de financiamento e impostos por parte da IFRS 18?

Codificação Aberta

- **Códigos abertos identificados**
  - Diminuição da subjetividade
  - Comparabilidade
  - Maior estandardização
  - Retira liberdade às empresas
  - Imposição normativa
  - Beneficia analistas e investidores
  - Clarifica subtotais operacionais
  - Elimina arbitrariedade nos subtotais
  - Aumenta a coerência nas análises
  - Ajuda na análise da performance

Codificação axial

Tabela 11 - Análise de resultados da questão 4

Temas	**Códigos abertos relacionados**
Melhoria da Comparabilidade e coerência	Maior estandardização, clarifica subtotais operacionais, comparabilidade
Redução da Subjetividade e Manipulação	Diminuição da subjetividade, elimina arbitrariedade nos subtotais
Apoio à análise financeira externa	Beneficia analistas e investidores, ajuda na análise da performance, aumenta a coerência nas análises
Limitações e riscos percebidos	Retira liberdade às empresas, imposição normativa

Fonte: Elaboração própria

As visões dos entrevistados a respeito da obrigatoriedade de subtotais normalizados, mostram uma ampla aceitação da proposta, principalmente entre aqueles que avaliam empresas. No entanto, nem todos os entrevistados se mostram otimistas com a introdução destes subtotais.

O entrevistado nº 3 destacou o impacto positivo na coerência analítica e a importância de uma maior estandardização entre as empresas, "a informação financeira tem utilidade quando permite que exista comparabilidade entre empresas e havendo uma estandardização isso promove uma comparação adequada e garante que as empresas partem da mesma base". No mesmo sentido, o entrevistado nº 7 considerou positiva essa obrigação porque "esta separação permite que se eliminem potenciais truques e estratégias para se influenciar certa categoria ou dar uma perceção que pode não ser a mais adequada".

A entrevistada nº 14 considera esta introdução vantajosa para o aumento da comparabilidade e uniformização entre empresas "estes subtotais vão permitir fazer análises entre empresas e vai permitir interpretações dos indicadores econômicos e financeiros de uma forma mais transparente". De forma semelhante, o entrevistado nº 18 considera muito importante esta obrigação, visto que "com estes indicadores lá estandardizados fica muito mais facilitada a comparação entre empresas e a informação financeira da empresa está muito melhor organizada", destacando assim a importância destes subtotais para os utilizadores das informações financeiras.

Contudo, também foram identificados alguns riscos. O entrevistado nº4 considera que este tipo de imposição tira flexibilidade às empresas e que se deixou de fazer contabilidade em algumas matérias e passou-se a introduzir métricas que têm haver com avaliação de negócios, "as avaliações dos negócios dependem muito de juízos de valor de quem determina as métricas", reforçando a ideia que a contabilidade poderá estar a adotar critérios mais subjetivos.

Apesar destas reservas, a grande maioria dos entrevistados reconhece que a introdução destes subtotais pode ser benéfica para os diversos utilizadores das informações financeiras, visto que aumenta a comparabilidade e a uniformização entre empresas e a obrigatoriedade também pode ser vantajosa para análise financeira.

Considera que a nova definição de "Resultado Operacional" proposta pela IFRS 18 é mais útil e clara para fins de análise financeira?

Codificação aberta

- **Códigos abertos identificados**
  - Ajuda a separar operações centrais
  - Traz rigor conceptual
  - Clarifica o conceito de operação
  - Perde-se alguma flexibilidade
  - Pode não ser representativo
  - Melhoria clara
  - Subjetivo na análise financeira
  - Ferramenta clara
  - Melhora a interpretação dos resultados
  - Facilita a análise financeira

Codificação axial

Tabela 12 - Análise de resultados da questão 5

Temas	**Códigos abertos relacionados**
Clareza e delimitação conceitual	Rigor conceptual, ferramenta clara
Utilidade para análise financeira	Facilita a análise financeira, melhora a interpretação dos resultados, separação das operações centrais
Comparabilidade entre empresas	Melhoria clara, clarifica conceito
Limitações	Perde flexibilidade, pode não ser representativo, subjetivo na análise financeira

Fonte: Elaboração Própria

A nova definição de "resultado operacional" foi amplamente elogiada pelos entrevistados, que consideram benéfica e mais útil para fins de análise financeira. No entanto, alguns entrevistados demonstraram algumas preocupações devido à sua subjetividade.

A entrevistado nº 6 considera esta definição mais clara porque "permite isolar melhor os rendimentos e gastos relacionados com o core business da empresa, o que facilita também os cálculos para os analistas", reforçando assim uma maior transparência da demonstração de resultados. No mesmo sentido, o entrevistado nº1 considera que esta maior desagregação das rubricas é mais vantajosa para a uniformização e para a utilização dos indicadores, "Acho que com o resultado operacional mais uniformizado vai ser mais claro para fins de análise".

De uma forma semelhante, o entrevistado nº 16 considera que a divisão por categorias e o novo resultado operacional são novidades positivas e benéficas para análise financeira uma vez que "com a divisão por categorias conseguimos perceber qual categoria esta a impactar o resultado e com esta desagregação da informação também facilita a análise financeira porque é possível num primeiro olhar entender o peso da categoria". Já a entrevistada nº 10 partilha da opinião que o resultado operacional é uma ferramenta útil sobretudo porque foca-se no desempenho do core business da empresa, mas acha que não se deve apenas utilizar essa métrica para analisar porque pode induzir em erros, "uma empresa muito endividada pode ter um bom resultado operacional, mas depois a parte dos juros, pode prejudicar o resultado da empresa".

Por outro lado, o entrevistado nº 7 considera que podem existir alguns elementos que estejam contabilizados nas categorias de financiamento e investimento que podem indiretamente impactar a operação e cada caso deve ser analisado no seu contexto, "certos investimentos ou financiamentos obtidos também podem ter impacto no operacional da empresa", mas como definição em si considera que é adequada. O entrevistado nº4 acha também que é importante reconhecer que nem todas as componentes financeiras deixam de ser operacionais porque isso depende da natureza do negócio e da forma como cada empresa utiliza determinados recursos, "a mesma rubrica pode ser considerada operacional por uma empresa e não operacional por outra". Também considera que tem de caber às próprias empresas fazerem os seus juízos de valor e tomarem as decisões sobre a classificação das operações.

Embora haja estas limitações, a tendência principal nas respostas dos entrevistados aponta para uma melhoria significativa ao nível da clareza, rigor e utilidade analítica. Esta concordância fortalece a noção de que os analistas financeiros poderão aceitar o novo resultado operacional.

Considera possível que com o novo resultado operacional se reduza o interesse dos analistas financeiros em métricas não contabilísticas como o EBIT e o EBITDA?

Codificação aberta

- **Códigos abertos identificados**
  - EBITDA perde relevância
  - Resultado Operacional suficiente
  - Aumenta o interesse por métricas não contabilísticas
  - Métricas alternativas perdem força com a padronização
  - Resistência à mudança
  - EBITIDA pode ser substituído gradualmente
  - Preferência por métricas normalizadas
  - Vai proporcionar uma forma mais clara para chegar ao EBITDA e EBIT
  - Depende da estrutura de ativos da empresa
  - Os indicadores podem começar a competir
  - Os profissionais da área não devem deixar de usar o EBITDA

Codificação Axial

Tabela 13 - Análise de resultados da questão 6

Temas	**Códigos abertos relacionados**
Substituição progressiva de métricas não contabilísticas	EBITDA perde relevância, métricas alternativas perdem força com padronização, EBITDA pode ser substituído gradualmente
Resistência e persistência de práticas antigas	Aumenta o interesse por métricas não contabilísticas, forma mais clara para chegar ao EBITDA e EBIT, resistência a mudança, profissionais da área não podem deixar de usar o EBITDA
Credibilidade do novo resultado operacional	RO suficiente, preferência por métricas normalizadas
Dependência do contexto analítico	Depende da estrutura dos ativos da empresa, os indicadores podem começar a competir

Fonte: Elaboração própria

Metade dos entrevistados acredita que o novo resultado operacional poderá diminuir o uso de métricas não contabilísticas como EBIT e o EBITDA, mas acha que essa mudança não será imediata. Alguns entrevistados consideram que, apesar da introdução dos novos subtotais, o uso de métricas não contabilísticas persistirá, porque poderão possibilitar uma análise financeira mais completa. Os restantes entrevistados acreditam que a adoção de métricas, tanto normalizadas, como não normalizadas poderá depender das circunstâncias particulares de cada empresa, reconhecendo que poderão continuar a usar as métricas não contabilísticas, mas também integrar as novas métricas normalizadas nas suas análises.

A entrevistada nº8 considera que se vai passar a utilizar mais o novo resultado operacional uma vez que vai estar normalizado para todas as empresas e os analistas poderão recorrer menos às métricas não contabilísticas, "Considero que se vai recorrer mais ao resultado operacional para avaliar as empresas". No mesmo sentido, o entrevistado nº1 acha que, se objetivo é uniformizar os indicadores e diminuir a subjetividade na forma como são apresentados e interpretados pelos investidores e analistas, então o novo resultado operacional é benéfico para

todos, "nesta lógica o EBITDA poderá perder importância e o resultado operacional poderá ganhar força".

Por outro lado, o entrevistado nº2 considera que o novo resultado operacional poderá facilitar a construção de métricas não contabilísticas, uma vez que os analistas passam a ter a informação mais harmonizada entre as empresas, "de certa maneira vai aumentar o interesse dos analistas financeiros nas métricas não contabilísticas, porque vai permitir a um analista recolher a mesma informação e fazer menos ajustes às empresas". Já a entrevistada nº 13 é da opinião que o interesse pelas métricas não contabilísticas não deve diminuir, visto que o mercado financeiro e os analistas estão muito orientados para o EBITDA para se perceber o potencial da empresa. No entanto, considera que a forma como o EBITDA é construído e analisado poderá mudar devido a maior desagregação, "vai haver aqui uma desagregação deste EBITDA em coisas diferentes e em categorias diferentes, e isso vai ser excelente".

Já a entrevistada nº10 partilha da opinião de que o resultado operacional pode ganhar destaque para os profissionais que não trabalham na área financeira, mas os profissionais da área financeira devem continuar a utilizar o EBITDA. Uma vez que o EBITDA continua a ser a métrica mais fiel para estimar a capacidade de geração de caixa, "o EBITDA é a métrica que nos dá a verdadeira ou a melhor aproximação de qual é o fluxo de caixa que a empresa gera no período". Numa outra perspetiva, o entrevistado nº 18 considera que é difícil prever o futuro de métricas financeiras, visto que envolve um certo grau de especulação, mas acha que o novo resultado operacional pode ganhar força e ser cada vez mais utilizado como métrica de análise e pode mesmo vir a competir com o EBITDA, "o resultado operacional é um indicador muito útil daquilo que é o negócio e pode efetivamente competir no curto e médio prazo com indicadores como o EBITDA".

Assim, poderá observar-se uma tendência para a substituição parcial de métricas não contabilísticas, com a IFRS 18 a oferecer uma alternativa mais normalizada. Contudo, a adoção poderá depender de fatores como o setor, a estrutura dos ativos da empresa, o perfil dos analistas/investidores e o grau de integração das novas práticas.

Até que ponto o novo formato da demonstração de resultados irá influenciar a sua forma de analisar as empresas?

Codificação Aberta

- **Códigos abertos identificados**

- Atenção à estrutura operacional
- Ajustes manuais poderão ser evitados
- Maior comparabilidade
- Impacto depende da empresa
- Período de adaptação
- Padronização
- Influência relevante
- Reduz a subjetividade e análise mais objetiva
- Formato mais vantajoso para perceber o impacto de cada categoria

Codificação axial

Tabela 14 - Análise de resultados da questão 7

Temas	**Códigos abertos relacionados**
Mudança do foco analítico	Estrutura operacional, vantajoso para perceber o impacto das categorias
Redução da subjetividade a ajustes	Menos ajustes manuais, reduz a subjetividade, padronização
Adaptação progressiva da prática	Depende da empresa, período de adaptação
Melhoria na fiabilidade e comparabilidade	Comparabilidade, análise mais objetiva, influência relevante

Fonte: Elaboração própria

A maioria dos entrevistados admite que o novo formato da demonstração de resultados influenciará a maneira como analisam as empresas, embora essa influência possa variar de analista para analista.

O entrevistado nº3 considera que esta nova estrutura da demonstração de resultados irá influenciar a forma como as empresas serão analisadas, visto que é introduzida uma estrutura padronizada com três categorias principais e acha que independentemente do foco da análise que esteja a ser feita, o acesso à informação será mais facilitado para cada perspetiva de análise, "se estamos a analisar a empresa do ponto de vista operacional, vamos ter mais foco nessa categoria. Se por outro lado, queremos mais a perspetiva de investimento ou de financiamento

também a temos subdivida". De uma forma semelhante, a entrevistada nº6 partilha da opinião que a nova estrutura melhora consideravelmente a clareza da informação apresentada o que poderá tornar a análise mais direta e objetiva. A possibilidade de distinguir os rendimentos e gastos relacionados com atividade profissional e a possibilidade de conseguirmos analisar logo o peso de cada categoria no resultado da empresa são as grandes vantagens desta nova estrutura, "porque é possível distinguir claramente quais são os rendimentos decorrentes da atividade operacional".

Por outro lado, o entrevistado nº7 considera que o novo formato da demonstração de resultados poderá trazer mais segurança na métrica do resultado operacional na análise da empresa, mas não se deve limitar a análise apenas aos resultados, porque isso pode ser redutor, dado que existem outros fatores fundamentais que podem influenciar o resultado da empresa, "acho que existirá mais confiança no resultado operacional, mas acho que é um bocado redutor olhar só para resultados, visto que pode haver outros fatores que influenciam o resultado da empresa, como a área de atuação da empresa e os riscos específicos do setor".

Já o entrevistado nº9 é da opinião que o novo formato da demonstração de resultados irá exigir um certo período de adaptação para as empresas, analistas e para os contabilistas, mas após a fase de transição os impactos serão muito benéficos para todos e poderão surgir novas formas de análise e até novos rácios económicos financeiros devido a maior desagregação da informação, "e vai influenciar a forma como analisamos a empresa e podemos ver surgir diferentes rácios de análise da empresa porque vamos ter rubricas que podemos facilmente analisar e com mais dados podem surgir novos rácios e novas formas de analisar as empresas". Outro ponto destacado pela entrevistada nº12 é o novo formato, que facilitará a avaliação da continuidade das operações a nível operacional devido à desagregação por categorias e se a continuidade da empresa pode ser posta em causa por parte dos utilizadores das informações financeiras, "A IFRS 18 permite perceber o nível de continuidade das operações e se o resultado é muito influenciado pela categoria operacional ou pelas categorias de investimento ou de financiamento".

Em resumo, a IFRS 18 é vista como uma evolução considerável na forma como as demonstrações financeiras serão divulgadas, sendo vista como uma ferramenta com potencial para alterar a forma como é feita a análise financeira. A principal alteração desta norma refere-

se à organização mais clara e padronizada da demonstração de resultados desagregada por categorias.

Com a IFRS 18, acredita que será necessário fazer menos ajustes para se obter uma visão verdadeira do desempenho operacional?

Codificação Aberta

- **Códigos abertos identificados**
  - Menos ajustes necessários
  - Resultado mais direto
  - Ajustes continuarão a ser feitos
  - Mais próximo da performance real
  - Menos ajustes, mas não os elimina completamente
  - Reduz a margem para ajustamentos arbitrários
  - Diminui o trabalho de reclassificação
  - Maior atenção a classificação

Codificação axial

Tabela 15 - Análise de resultados da questão 8

Temas	**Códigos abertos relacionados**
Redução do número de ajustes	Menos ajustes necessários, resultado mais direto, reduz margem para ajustamentos arbitrários
Limitações e persistência de ajustes	Ajustes continuam, menos ajustes, mas não elimina completamente
Aproximação à performance real	Diminui o trabalho de reclassificação, maior atenção a classificação

Fonte: Elaboração própria

A grande maioria dos entrevistados acredita que a IFRS 18 ajudará a diminuir a necessidade de ajustes nas demonstrações financeiras, especialmente em relação à análise do desempenho operacional. Contudo, existem entrevistados que partilham a opinião que os ajustes irão aumentar, que será necessário ter mais atenção no momento da classificação de cada transação e que poderá depender da perspetiva adotada pela empresa.

O entrevistado nº15 acredita que o objetivo da IFRS 18 é melhorar a qualidade da informação financeira, para isso é importante que a categoria operacional inclua apenas os elementos relacionados diretamente com atividade da empresa, partindo desta premissa considera que os ajustes posteriores irão diminuir, "é partir da premissa de que nós incluímos na categoria operacional só aquilo que está relacionado com a atividade da empresa e, portanto, o objetivo tem de ser reduzir esses ajustes". Por outro lado, o entrevistado nº3 considera que o número de ajustes vai aumentar, uma vez que vai implicar mais esforço e dificuldade na elaboração da informação porque cada registo vai exigir uma classificação mais criteriosa. Acha que agora será necessário efetuar dois juízos de valor, primeiro determinar a rubrica a que pertence o registo e depois identificar a categoria correspondente, "o primeiro qual é a rubrica e segundo qual é a categoria". Já tinha que fazer, mas era só na perspetiva de caixa, agora é necessário transportar essa perspetiva para a demonstração de resultados".

Já o entrevistado nº7 partilha da opinião que o número de ajustes poderá depender da perspetiva do utilizador externo da informação e dos preparadores internos. Pela perspetiva do utilizador externo, considera que os ajustes podem diminuir, uma vez que a estrutura vai ser mais clara e segmentada por categorias isso pode facilitar a análise, "com segregação dos rendimentos e gastos por categorias definidas e com subtotais padronizados, pode facilitar a análise e interpretação do desempenho operacional". Já na perspetiva das empresas considera que poderá ser preciso rever processos internos de classificação dos rendimentos e gastos, para serem contabilizados corretamente e com isso será necessário realizar mais ajustes internos, "a correta classificação dos rendimentos e gastos nas novas categorias pode implicar a revisão de processos internos". A entrevistada nº14 acredita que, mais do que reduzir a necessidade de ajustes, a IFRS 18 impõe uma nova necessidade de classificação das operações contabilísticas. A alteração afeta os processos internos das empresas, uma vez que, desde o momento em que ocorre a transação, será necessário identificar a sua natureza funcional para que a operação seja corretamente classificada, "vais ter a obrigação imediatamente de classificar as transações do ponto de vista operacional, investimentos e de financiamento".

Embora a IFRS 18 possa diminuir a necessidade de ajustes, essa consequência depende da perspetiva adotada. Para investidores e analistas, a maior transparência e uniformidade nas categorias pode facilitar a avaliação e reduzir a necessidade dos ajustes. Por outro lado, para

quem elabora a demonstração de resultados, a norma requer uma classificação mais cuidadosa das transações desde o princípio, o que resulta num trabalho técnico adicional.

Quais poderão ser os principais desafios enfrentados pelas empresas na adoção da IFRS 18?

Codificação Aberta

- **Códigos abertos identificados**
  - Adaptação interna
  - Alteração dos processos
  - Necessidade de formação
  - Custos de transição elevados
  - Reorganização dos sistemas de reporte
  - Resistência a abandonar práticas antigas
  - Atualização de software

Codificação axial

Tabela 16 - Análise de resultados da questão 9

Temas	**Códigos abertos relacionados**
Mudança cultural e de práticas internas	Adaptação interna, resistência práticas antigas
Custo e complexidade de transição	Necessidade de formação, custos elevados, alteração dos processos
Adaptação de sistemas e processos	atualização de software, reorganização dos sistemas de reporte

Fonte: Elaboração própria

As respostas dos entrevistados demonstram que a adoção da IFRS 18 enfrentará desafios por parte das empresas. Os desafios mencionados abrangem aspetos técnicos, culturais e estruturais.

A entrevistada nº6 considera que dos principais desafios relacionados com a implementação da IFRS 18 é a necessidade de formação técnica das equipas, visto que esta norma traz mudanças significativas em relação à IAS 1 e até a mudança conceitual pode trazer implicações práticas, como aplicação retrospetiva, "acredito até que seja mais formar os trabalhadores que vão elaborar esta nova demonstração de resultado porque tem diferenças em relação a IAS 1".

Noutra perspetiva, o entrevistado nº11 acredita que um dos principais desafios enfrentados pelas empresas será a desagregação e reclassificação dos outros rendimentos e outros gastos porque são usados como categorias genéricas onde se agrupam transações que não têm uma afetação clara ou direta à atividade da empresa, "diria que o maior desafio para o departamento financeiro de uma empresa será mesmo a desagregação dos outros rendimentos e outros gastos porque muitas vezes utilizam em excesso as contas 68 e 78". Com esta nova estrutura mais clara e dividida por categorias, os departamentos financeiros terão mais trabalho ao nível da análise e da classificação dos rendimentos e gastos.

Por outro lado, o entrevistado nº15 considera que será necessária uma adaptação dos sistemas de informação financeira, nomeadamente dos ERP que terão de ser parametrizados corretamente devido às alterações exigidas pela IFRS 18, "numa primeira fase que as empresas procuram automatismos penso logo nos sistemas ERP e na parametrização que tem de ser feita". Outro desafio será as empresas prepararem as notas explicativas mais detalhadas e densas devido à obrigação de apresentar as medidas definidas pela gestão, "as métricas de desempenho da gestão que querem incluir, vai ter de haver notas explicativas no anexo muito mais pormenorizadas". De uma forma semelhante, o entrevistado nº18 considera que um dos impactos é a perda da flexibilidade na elaboração da demonstração de resultados porque muitas empresas têm as suas práticas consolidadas há vários anos e esta norma impõe um modelo base, "é a questão de perder a liberdade de construir uma demonstração de resultados da forma que estavam habituados e já faziam há muitos anos".

Em síntese, as principais dificuldades na adoção da IFRS 18 estão ligadas à mudança das práticas internas, exigindo uma revisão profunda dos processos de elaboração da informação financeira. É importante destacar a necessidade de formação técnica dos profissionais, para assegurar a correta aplicação e os sistemas também precisarão de serem ajustados para acompanhar as mudanças.

Que impacto espera que a IFRS 18 tenha no relacionamento entre empresas e investidores/analistas?

Codificação aberta

- **Códigos abertos identificados**
  - Aumenta confiança

- Fortalece a credibilidade dos relatórios
- Melhora a comunicação dos resultados
- Pode criar confusão inicial
- Relacionamento pode piorar
- Gera maior alinhamento informativo
- Promove diálogo mais técnico e rigoroso
- Impacto será gradual
- Complementaridade
- Maior escrutínio

Codificação axial

Tabela 17 - Análise de resultados da questão 10

Temas	**Códigos abertos relacionados**
Reforço da credibilidade	Confiança, credibilidade, maior escrutínio
Melhoria na comunicação e transparência	Comunicação dos resultados, alinhamento informativo complementaridade
Transformação na relação técnica	Diálogo técnico e rigoroso, relacionamento pode piorar
Desafios de adaptação inicial	Impacto gradual, confusão inicial

Fonte: Elaboração própria

A grande maioria dos entrevistados consideram que as alterações introduzidas pela IFRS 18 terão um impacto positivo no relacionamento entre empresas e analistas/investidores. O consenso geral é que haverá um aumento na confiança, transparência e comparabilidade. No entanto, alguns entrevistados partilham da opinião que o relacionamento até pode piorar, visto que as empresas terão de prestar mais informação e o escrutínio aumenta.

O entrevistado nº2 considera que a IFRS 18 pode ter um papel importante na relação entre as empresas e os analistas porque passa a existir uma apresentação mais clara, objetiva e estruturada dos resultados pela maior categorização o que pode gerar mais confiança, "acredito que a IFRS 18 possa trazer maior sinergia entre empresas e analistas e que seja preferível para

empresa mostrar com menos ambiguidade os seus resultados". De uma forma semelhante, a entrevistada nº10 acha que a adoção da IFRS 18 não será um grande obstáculo para os analistas porque as mudanças introduzidas não são profundamente disruptivas, sendo uma questão de ajustamento rápido, "vão ter que se adaptar muito rápido não parecem alterações abismais". Considera que a relação irá melhorar porque a IFRS 18 proporciona uma estrutura mais clara, fiável e comparável, o que permite aos analistas analisar as empresas com maior exatidão.

Por outro lado, o entrevistado nº17 considera que a relação pode melhorar como pode piorar. Para as "boas" empresas, esta estrutura da demonstração de resultados pode ser benéfica, porque permite aos analistas perceber qual categoria que estará a influenciar o resultado da empresa, "para as boas empresas esta estrutura da demonstração de resultados é melhor porque os analistas conseguem ver os seus pontos fortes e entender de onde vem o resultado". Também acha que, para as empresas que "não estão bem", esta nova estrutura pode afastar os analistas e as empresas devido à maior desagregação e à maior categorização, porque será mais fácil perceber os seus pontos fracos, "na perspetiva das empresas numa situação menos favorável, esta maior desagregação e categorização pode afastá-las, porque expõe com maior facilidade as suas fragilidades".

No entanto, considera que a obrigação de divulgar as medidas de desempenho definidas pela gestão são métricas que podem aproximar as relações e contribuir para uma maior transparência," as medidas de desempenho definidas pela gestão podem ser uma boa maneira para aproximar as empresas dos analistas".

Por fim, a IFRS 18 deverá aprimorar a relação entre empresas e analistas, por meio de uma apresentação mais confiável e padronizada da informação. Este contexto poderá ser propício para aceitação do novo resultado operacional, visto que a confiança no seu valor informativo tende a aumentar no mercado financeiro.

A norma IFRS 18 vai melhorar a estrutura da demonstração de resultados em comparação com a IAS 1, porque?

Codificação aberta

- **Códigos abertos identificados**
  - IFRS 18 é mais detalhada
  - Introduz categorias funcionais úteis

- Clarifica os subtotais
- Pode dificultar a leitura
- Excesso de detalhe
- Estrutura mais informativa
- Maior desagregação
- Leitura do resultado mais facilitado
- Maior comparabilidade e transparência

Codificação axial

Tabela 18 - Análise de resultados da questão 11

Temas	**Códigos abertos relacionados**
Melhoria da leitura da informação	Estrutura mais informativa, leitura do resultado mais facilitado
Clarificação e comparabilidade	Subtotais definidos, comparabilidade e transparência
Maior rigor e exigência normativa	Detalhada, desagregação, categorias funcionais úteis
Limitações potenciais da IFRS 18	Excesso detalhe, leitura complexa

Fonte: Elaboração própria

A maioria dos entrevistados revela um claro consenso de que as alterações introduzidas pela IFRS 18 representam uma melhoria significativa quando comparada à IAS 1, especialmente em termos de estrutura, clareza e consistência na apresentação da demonstração de resultados. No entanto, alguns entrevistados acham que o excesso de detalhe que a norma obriga pode dificultar a leitura por parte dos utilizadores.

O entrevistado nº3 considera que a IFRS 18 irá melhorar a utilidade da demonstração de resultados por duas razões. A norma introduz uma classificação por categorias funcionais o que facilita a leitura e origem dos resultados da empresa e também reduz a utilização dos termos genéricos como "outros". Com a maior desagregação a IFRS 18 torna a informação mais acessível, "vai melhorar principalmente por dois fatores, uma categorização e reduz

consideravelmente aquilo que são valores alocados às rubricas de outros rendimentos e outros gastos".

De uma forma semelhante, o entrevistado nº11 acha que a IFRS 18 terá um impacto positivo visto que, promove uma desagregação mais detalhada de todas as rubricas da demonstração de resultados e também permite perceber mais facilmente o contributo de cada categoria no resultado da empresa, "vai desagregar muito mais todas as rubricas existentes, não vai estar amontoada e vai transparecer tudo o que contribui para o resultado".

A entrevistada nº13 considera que um dos principais benefícios da IFRS 18 está na maior desagregação e na diferenciação das rubricas por categoria o que irá permitir uma leitura mais clara da demonstração de resultados, "acho que é mesmo pela maior desagregação, a diferenciação das rubricas em diferentes categorias". Também destacou que o registo do método de equivalência patrimonial passar a ser feito fora do resultado operacional, "nesta parte do método equivalência patrimonial estar fora da categoria operacional".

Já o entrevistado nº 16 considera que a IFRS 18 é uma melhoria clara face à IAS 1 porque esta última não exige subtotais normalizados nem a classificação por tipos de rendimentos e gastos, o que podia limitar a clareza da demonstração de resultados, "acho que vai melhorar porque a IAS 1 não tem subtotais normalizados e não tem divisão por tipos de rendimentos e gastos". Na IFRS 18 já existe esta divisão por categorias e conseguimos perceber quais são os rendimentos e gastos associados à atividade da empresa, o que torna a demonstração de resultados mais clara.

Também o entrevistado nº 18 considera que, na forma como a IFRS 18 passa a organizar e a agrupar os rendimentos e gastos em subgrupos muito bem definidos, torna a demonstração de resultados mais clara de interpretar o resultado e a sua estrutura é mais lógica e normalizada, enquanto que a IAS 1 permitia formatos pouco consistentes e às vezes confusos, "principal porque agrupa os rendimentos e gastos de uma forma que passa a ser mais claro e mais fácil para utilizadores e para os analistas analisarem o valor real da empresa".

Em resumo, a IFRS 18 é vista como uma melhoria técnica e funcional em relação à IAS 1. A sua estrutura mais rigorosa, embora desafiadora, oferece alicerces mais sólidos e confiáveis para uma leitura e para efetuar a análise financeira. Esta mudança poderá reforçar a possibilidade de adoção do novo resultado operacional, sustentando a ideia de que os analistas poderão modificar a suas práticas.

Capítulo 7 - Conclusão

A adoção da norma IFRS 18 representa uma mudança significativa na forma como as empresas apresentarão e comunicarão os seus resultados financeiros.

A presente dissertação teve como objetivo analisar os impactos da implementação da IFRS 18 na análise financeira, nomeadamente o novo subtotal obrigatório do resultado operacional. Esperávamos que esse novo resultado operacional pudesse desempenhar um papel importante na análise financeira, substituindo parcialmente as métricas extra contabilísticas muito utilizadas, como o EBITDA e o EBIT. Através da investigação desenvolvida, acreditamos que essa expectativa é válida, a IFRS 18 tem, de facto, o potencial de reforçar a adoção do resultado operacional como uma referência na análise financeira das empresas, promovendo mais transparência, uniformização e comparabilidade.

Contudo, é igualmente evidente que as métricas extra contabilísticas poderão não perder, para já, a sua influência. A sua utilização poderá continuar a ser uma prática comum entre os analistas financeiros, devido à sua familiaridade com os indicadores, mas também pelo valor adicional que oferecem na análise de certas áreas dos resultados. Desta forma, mesmo que o resultado operacional se torne relevante com a adoção desta norma, é muito provável que haja uma convivência entre métricas contabilísticas e extra contabilísticas no curto e médio prazo.

As simulações da DR demonstram claramente as diferenças estruturais entre a IAS 1 e a IFRS 18. A nova norma exige uma reclassificação muito mais cuidadosa dos rendimentos e dos gastos em cada categoria, exigindo uma apresentação mais detalhada e rigorosa das operações das empresas. Esta reorganização foi relevante para demonstrar os possíveis impactos na análise financeira, possibilitando a identificação das vantagens e dos desafios que surgem com a sua aplicação prática. A simulação também permitiu tentar prever as dificuldades técnicas que as empresas terão de enfrentar com a adoção da IFRS 18, com especial atenção à reclassificação das rubricas e à necessidade de atualizar os sistemas internos e as suas práticas.

As maiores dificuldades sentidas pelo autor na realização das simulações foram fazer a desagregação das rubricas de outros rendimentos e outros gastos e na categorização de algumas rubricas na categoria correspondente.

No que diz respeito, às entrevistas realizadas com os analistas financeiros foram muito importantes para perceber como o mercado compreende as mudanças que serão introduzidas

pela IFRS 18. De forma geral, os entrevistados reconheceram as vantagens da norma, destacando a clareza, a padronização e o aumento da comparabilidade entre empresas dos diversos setores e das informações financeiras. No entanto, também expressaram algumas reservas quanto à adoção imediata do resultado operacional como principal métrica de análise financeira, o que revela um certo grau de resistência à alteração dos indicadores já consolidados. A grande maioria dos entrevistados considera que é necessário existir algum tempo de adaptação para as empresas e para os utilizadores das informações financeiras, por serem mudanças profundas na estrutura da DR e que também poderá ser necessário haver uma reestruturação dos relatórios financeiros.

Assim, a IFRS 18 representa uma evolução muito significativa na forma como serão apresentadas e divulgadas as DR, com efeitos reais e importantes na análise financeira. O resultado operacional poderá, aos poucos, ter um papel mais proeminente, mas a total substituição das métricas extra contabilísticas poderá não ocorrer de forma imediata. Por fim, o êxito da implementação da IFRS 18 vai depender de como as empresas e os analistas conseguirão integrar esta nova abordagem de apresentação dos resultados nas suas práticas, aproveitando as suas vantagens sem esquecer a relevância da interação entre as diferentes métricas.

7.1 - Limitações e pistas de investigação futuras

Apesar do seu valor exploratório, este estudo tem algumas limitações que devem ser mencionadas. Primeiramente, o facto de ser uma investigação qualitativa, focada numa simulação de um caso e num número restrito de entrevistas de um grupo não aleatório, poderá impedir que os resultados sejam generalizados para o universo empresarial. Além disso, como a IFRS 18 ainda não está em vigor, a análise foi realizada com base em simulações e expectativas e não em dados reais da sua aplicação prática.

É importante realçar que a empresa utilizada para estudo de caso pertence a um setor específico, com caraterísticas próprias, o que poderá restringir a utilidade das conclusões em outros contextos empresariais, nomeadamente nas empresas que têm maior complexidade operacional ou diferentes métodos de criação de valor.

Para investigações futuras sugere-se o desenvolvimento de estudos quantitativos como um inquérito alargado com um número maior de empresas, analistas financeiros e com a colaboração da associação portuguesa dos analistas financeiros, a fim de medir empiricamente as implicações da IFRS 18 após a sua implementação. Também seria importante investigar como a norma afeta

os diversos setores económicos e observar se com a entrada em vigor da IFRS 18, os analistas começarão a priorizar o novo resultado operacional como principal métrica ou se ainda dependerão dos indicadores não contabilísticos, como o EBITDA.

Por fim, esta dissertação é um ponto de partida para a discussão sobre os impactos da IFRS 18 na análise financeira, antecedendo os desafios e as oportunidades que estão ligados à sua implementação e oferecendo pistas importantes para uma investigação mais aprofundada num contexto em rápida evolução.

Referências Bibliográficas

Adiloglu, B., & Vuran, B. (2017), "The importance of EBIT- EBITDA disclosure in annual reports: A comparison from Turkey", *International Journal of Social Sciences and Education Research*, Vol. 3*,* Nº2, pp 397–397, disponível em https://doi.org/10.24289/ijsser.284252

Black, D., E., Christensen, T., E., Ciesielski, J. T., & Whipple, B. C. (2018). "Non-GAAP reporting: Evidence from academia and current practice", *Journal of Business Finance & Accounting,* Vol 45, Nº (3–4), pp 259–294, disponível em https://doi.org/10.1111/jbfa.12298

Bouwens, J., Kok, T., & Verriest Arnt (2019), "The Prevalence and Validity of EBITDA as a Performance Measure", Vol 1, pp 55-105, disponível em https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3171131

Comissão de Normalização Contabilística (2018), "Sistema de normalização contabilística: Estrutura conceitual" (EC), Disponível em https://www.cnc.min-financas.pt/snc.html – Acedido no 01/11/2024

Conselho Internacional de Normas Contabilísticas (2024), "Nova Norma de Contabilidade IFRS ajudará o investidor a analisar o desempenho financeiro das empresas (Press Realease)" Disponível em https://www.ifrs.org/content/dam/ifrs/news/2024/ifrs-18/ifrs-18-pr-brazilian-portuguese.pdf – Acedido no dia 23/11/2024

ESMA – European Securities and Markets Authority**, (2015),** *ESMA Guidelines on Alternative Performance Measures (ESMA/2015/1415)*, disponível em https://www.esma.europa.eu/sites/default/files/library/2015/10/2015-esma-1415en.pdf - Acedido no dia 13/04/2025

Farinha, J, (2021), "Economic profit e gestão baseada no valor: Como medir e gerir a criação de valor financeiro sustentável e de longo prazo numa empresa sem se deixar enganar pelo EBITDA ou o resultado liquido", Edições Almedina

International Accounting Standards Board (2024), "Presentation and disclosure in financial statements" (IFRS 18), IFRS Foundation – disponível em https://www.ifrs.org/supporting-implementation/supporting-materials-by-ifrs-standards/ifrs-18/

Jayathilaka, A.K.K.R. (2020), "Operating Profit and Net Profit: Measurements of Profitability", *Open Access Library Journal,* Vol 07, Nº12, pp 1–11, disponível em https://doi.org/10.4236/oalib.1107011

Kegalj, G., Koster, W., & Sekita, A. (2024), "Presentation and disclosure – IFRS 18", disponível em https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmgsites/xx/pdf/ifrg/2024/isg-first-impressions-presentation-and-disclosure-ifrs-18.pdf - Acedido 01/11/2024

KPMG International Standards Group. (2024). *First impressions: Presentation and disclosure – IFRS 18*. KPMG IFRG Limited, disponível em

https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmgsites/xx/pdf/ifrg/2024/isg-first-impressions-presentation-and-disclosure-ifrs-18.pdf

Majka, M. (2024), "EBIT: A Key Financial Performance Indicator", disponível em https://www.researchgate.net/profile/Marcin-Majka 2/publication/385682438_EBIT_A_Key_Financial_Performance_Indicator/links/672f730cecbbde716b642c7b/EBIT-A-Key-Financial-Performance-Indicator.pdf

Meirelles Salotti, B, (2024), "IFRS 18 – a nova norma de apresentação das demonstrações financeiras: Principais mudanças, implicações práticas e oportunidades de pesquisa", *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, Vol *18* Nº3, pp 427–436, disponível em https://doi.org/10.17524/repec.v18i3.3583

Norma Internacional de Contabilidade 1 (IAS 1), disponível em https://www.oroc.pt/Uploads/normativo_tecnico/contabilidade/IAS/IAS%201.pdf - Acedido 29/10/2024

Nissim, D. (2017), "EBITDA, EBITA, or EBIT?", *Columbia Business School Research Paper*, pp 17-71, disponível em https://doi.org/10.2139/ssrn.2999675

Romic, L. (2013), "Presentation of Financial", *International Journal of Economics, Finance and Management Sciences*. Vol 1, Nº1, pp 1-8, disponível em https://doi.org/10.11648/j.ijefm.20130101.11

Schoenberg, R., (2006), "Measuring the Performance of Corporate Acquisitions: An Empirical Comparison of Alternative Metrics", *British Journal of Management*, Vol 17, Nº4, pp 361–370, disponível em https://doi.org/10.1111/j.1467-8551.2006.00488.x

Strelnik, E., Khairullin, I., Kamalova, A., Shafigullina, G., & Beloglazova, E. (2024), "The comparative assessment based on EBITDA indicators of the activities of the holding's divisions", *Ural Environmental Science Forum "Sustainable Development of Industrial Region,* Vol 531, Nº E3S Web of Conferences, disponível em https://doi.org/10.1051/e3sconf/202453105022

Ul Haq, I., & Arshi, TA (2022), "The impact of covid on IAS 1 Presentation of Financial Statement", *The IUP Journal of Accounting Research & Audit Practices,* Vol 21 Nº1, pp 7–15, disponível em https://www.researchgate.net/publication/360670120_The_Impact_of_Covid-19_on_IAS_1_Presentation_of_Financial_Statements

Wong, J., & Wong, N. (2010), "Voluntary disclosure of operating income", *Accounting & Finance*, Vol 50, Nº1, pp 221–239, Disponível em https://doi.org/10.1111/j.1467-629X.2009.00319.x

Lista de Anexo

- Está familiarizado com a nova norma IFRS 18?
- Qual a sua perceção geral sobre as mudanças introduzidas pela IFRS 18 em relação a IAS 1?
- Acha que a separação entre categorias (Operacional, Investimento e Financiamento) melhora a compreensão da performance da empresa?
- Como avalia a introdução obrigatória de subtotais normalizados, como o resultado operacional e o lucro ou prejuízo antes de gastos de financiamento e impostos, por parte da IFRS 18?
- Considera que a nova definição de "Resultado Operacional" proposta pela IFRS 18 é mais útil e clara para fins de análise financeira?
- Considera possível que com o novo "Resultado Operacional" se reduza o interesse dos analistas financeiros em métricas não contabilísticas como o EBIT e o EBITDA?
- Até que ponto o novo formato da demonstração de resultados irá influenciar a sua forma de analisar as empresas?
- Com a IFRS 18, acredita que será necessário fazer menos ajustes para se obter uma visão verdadeira do desempenho operacional?
- Quais poderão ser os principais desafios enfrentados pelas empresas na adoção da IFRS 18?
- Que impacto espera que a IFRS 18 tenha no relacionamento entre empresas e investidores/analistas?

A norma IFRS 18 vai melhorar a estrutura da demonstração de resultados em comparação com a IAS 1, porque?